

# GETULIO

Nº 05

Ano 1 Setembro de 2007 R$ 8,00

## ESPECIAL URBANISMO

## RAQUEL ROLNIK: CIDADES BELAS PARA TODOS

Uma conversa com João Moreira Salles

A colheita de David Trubek

ISSN 1980-5780

FGV

**DEBATE:** Nestor Goulart Reis e Joaquim Guedes: uma cabeça só dá conta de pensar a polis?

GV*LAW.*
AS LEIS DO DIREITO VISTAS DO MELHOR ÂNGULO: O DE QUEM ESTÁ POR DENTRO DO MERCADO.

O GV*law* da Fundação Getulio Vargas oferece cursos de especialização e educação continuada em diversas áreas do Direito, aliando o ensino jurídico à experiência de mercado nas áreas de economia, finanças, contabilidade e administração. Tudo isso com o objetivo de proporcionar uma formação sólida e completa para profissionais empreendedores que buscam uma visão mais ampla do universo jurídico.
GV*law:* Rua Rocha, 233 – Bela Vista – São Paulo – SP (f. 3281-3330)

FGV
GVlaw
www.gvlaw.com.br

# PENSAR AGORA AS CIDADES QUE QUEREMOS

Entre 11 de novembro e 16 de dezembro São Paulo sediará a 7ª Bienal Internacional de Arquitetura. Consideramos esse um bom motivo para dedicar um alentado número de páginas desta edição para discutir os rumos que toma hoje entre nós a maneira de pensar as cidades. Vivemos um ciclo de crescimento e novos prédios alteram a paisagem urbana, enquanto experiências consideradas inovadoras há trinta anos, como a de construir ilhas de tranqüilidade em condomínios fechados, são colocadas em xeque. O fato é que precisamos pensar agora o tipo de cidade que queremos. Para nos ajudar nessa empreitada, convidamos um especialista, Roberto Simon, do Comitê de Finanças e Novas Estratégias da União Internacional de Arquitetos, para ser o nosso guia. Profissional que acredita em qualidade de vida, carioca que se encontrou na paisagem catarinense de Florianópolis, Simon deu excelentes idéias para a montagem dos temas ligados a arquitetura e urbanismo neste número. Há ótimas reflexões.

Como as colocadas em pauta pela professora Raquel Rolnik, especialista em ocupação urbana que ajudou a criar o Ministério das Cidades e deixou sua marca no debate do Estatuto das Cidades. Raquel defende cidades pensadas para todos – e não abre mão de que sejam belas. Para isso, ela insiste, há uma parcela imensa de participação do cidadão. Otimista, entende que houve muito progresso na discussão de cidades melhores, e exemplifica com a adesão da população paulistana ao projeto Cidade Limpa.

Dois experientes professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Nestor Goulart Reis e Joaquim Guedes comparecem para discutir "Quantas cabeças devem pensar a cidade?" Goulart enfatiza a necessidade de convergir opiniões de especialistas de áreas como arquitetura e sociologia para obter, em uma síntese, o melhor resultado. Guedes coloca em xeque a capacidade de técnicos e legisladores implementarem a cidade "ideal", exigindo que as massas sejam convocadas para opinar – no que coincide com sua ex-aluna Raquel Rolnik.

Na reportagem, um tema querido de Roberto Simon é discutido por arquitetos e urbanistas: planejar a cidade para os carros ou pensar em comunidades amigáveis, onde a mistura humana seja elemento de encontro e inclusão – o que ele chama de comunidades caminháveis, ou *walkable*. Contra o isolamento artificial em shoppings e condomínios fechados longe do centro, revitalizar áreas urbanas onde convivam o contraste e as diferenças. Ou seja, "ter numa mesma zona escritórios, lojas, restaurantes, quitandas, bares, bancos, correio, farmácia, residências, de modo que o morador possa ir andando a todos os lugares", diz Simon. Afinal, como ensina Rolnik, "jamais acabaremos com a violência se não superarmos o *apartheid* em nossas comunidades".

Há muito mais para ler e se entreter. Como a conversa com o documentarista João Moreira Salles, editor da *Piauí*. Em "O elogio da inutilidade", o autor de obras-primas como o documentário *Nelson Freire*, diz que a vida já é excessivamente utilitária e por isso ele faz uma obra sem compromisso de mudar o mundo. Ou ainda o depoimento do professor David Trubek, um dos fundadores do lendário CEPED-Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito. Em recente visita ao país, Trubek conversou com *Getulio* e se diz satisfeito com os frutos de algumas das idéias que plantou quatro décadas atrás. Já o professor americano Matthew M. Taylor, em outro depoimento especial, fala de suas pesquisas sobre o papel extremamente relevante que o Judiciário brasileiro tem nas questões de governança e implementação de políticas públicas. "Nos quinze anos após a redemocratização, em 1985, o STF invalidou parcial ou integralmente 200 leis federais. Para ter uma noção comparativa, a Suprema Corte Americana, em seus 200 anos de existência, invalidou 135 leis federais", diz ele.

Há ainda a revigorante lista de livros que fizeram a cabeça do professor Oscar Vilhena, e um preview do que se verá na Bienal de Arquitetura. Boa leitura!

*Leandro Silveira Pereira*

FGV

Fundação Getulio Vargas
Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das ciências sociais, particularmente economia e administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável

Sede: Praia de Botafogo, 190 – cep 22250-900 – Rio de Janeiro – RJ
ou Caixa Postal 62.591 – cep 22257-970 – Tel.: (21) 2559-6000

Primeiro-Presidente e fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sergio Franklin Quintella

Conselho diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira e Roberto Paulo Cezar de Andrade.
Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Felix de Bulhões, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Julio de Almeida Senna e Nestor Jost.

Getulio
ISSN: 1980-5780
revistagetulio@fgvsp.br

Publisher: Leandro Silveira Pereira
Editor: Carlos Costa
Editor-assistente: Sérgio Praça
Editor de arte: Marcos Ribeiro
Design Gráfico e editoração eletrônica: André Spinelli
Ilustração da capa: Marcelo Garutti
Fotografia: Tiana Chinelli
Colaboraram neste número: Carmo Chagas (edição de texto), José Batista Carvalho (revisão), Nik (ilustrações), Andreza da Silva Mendonça Caetano, Ivone Perez e Tiana Chinelli (fotografia), Camila Mamede, Camila Ploennes, David Trubek, Diogo Coutinho, Emerson Fabiani, Fabio Ferreira Durço, João de Freitas, Joaquim Guedes, José Eduardo Faria, José Henrique Lopes, Luciana Cardoso, Luísa Pécora, Maria Lúcia Pádua Lima, Matthew M. Taylor, Nestor Goulart Reis, Oscar Vilhena e Roberto Simon.
Jornalista responsável: Carlos Roberto da Costa (MTPS 11.862)

Direito GV
Diretor: Ary Oswaldo Mattos Filho
Vice-Diretor acadêmico: Antonio Angarita
Vice-Diretor administrativo: Paulo Goldschmidt

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIREITO GV
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

FGV GVlaw
GVlaw
Coordenador: Leandro Silveira Pereira

www.gvlaw.com.br

Endereço Direito GV:
Rua Rocha, 233 – 01330-000
São Paulo – SP
Tel.: 3281-3333

Impressão e Acabamento:
Globo Cochrane Gráfica e Editora.

# SUMÁRIO

03 **Apresentação: Pensar agora as cidades que queremos!**
*Por Leandro Silveira Pereira*

06 **Cartas: repercussões de Getulio e o site da revista no ar**

08 **Notas curtas: notícias do mundo do direito**

10 **Conjuntura: Venezuela sob a síndrome do dinheiro fácil**
*Por Gilberto Maringoni*

14 **Reportagem: Contra os carros, comunidades *walkable***
*Por Sérgio Praça e Camila Ploennes*

19 **Vida acadêmica: teses que apontam novos caminhos**

20 **Em foco: Eloísa Machado luta pelo direito dos outros**
*Por Camila Mamede*

24 **Pensar a cidade como lugar para todos**
*Entrevista com Raquel Rolnik*

32 **Debate: Quantas cabeças devem pensar a cidade?**
*Por Nestor Goulart Reis e Joaquim Guedes*

36 **Arquitetura, economia e cooperação**
*Por Roberto Simon*

40 **Urbanismo: Direitos difusos às margens do Ipiranga**
*Por Camila Mamede*

42 **Depoimento: Resultados de idéias lançadas há 40 anos!**
*Por David Trubek*

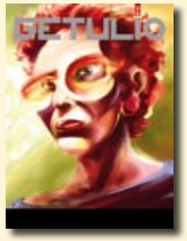
46 **Biblioteca: livros que fizeram minha cabeça**
*Por Oscar Vilhena*

50 **Como o Judiciário brasileiro interfere nas políticas públicas**
*Por Matthew M. Taylor*

54 **O elogio da inutilidade**
*Por João Moreira Salles*

62 **Bienal de Arquitetura: as “cidades” da metrópole**
*Por José Henrique Lopes*

66 **Ainda o caos aéreo e empregos vitalícios**
*Por Carlos Costa*




Capa. Raquel Rolnik, professora de urbanismo da PUC de Campinas, autora de livros como *O Que É Cidade* e *A Cidade e a Lei*, é o personagem da entrevista desta edição. Na capa, seu retratado assinado pelo artista plástico Marcelo Garutti, a partir de fotografia de Tiana Chinelli, é parte da série de citações dos portraits do pintor Francis Bacon (1909-1992).

GV*LAW.*
CURSOS CORPORATIVOS
COM O ENFOQUE IDEAL:
O DA SUA EMPRESA.

Para lidar com a instabilidade no mundo dos negócios e se manter competitivas, as empresas precisam de colaboradores cada vez mais preparados. Os cursos corporativos do GV*law* levam novas tendências e uma educação continuada e sob medida para organizações públicas e privadas. O corpo docente é composto por renomados especialistas e as empresas podem solicitar um diagnóstico prévio para avaliação de suas necessidades e elaboração de um programa personalizado.
GV*law:* Rua Rocha, 233 – Bela Vista – São Paulo – SP (f. 3281-3330)

FGV GVlaw
www.gvlaw.com.br

# CARTAS

O SE QUE FALA DE GETULIO. ENVIE SEU COMENTÁRIO PARA revistagetulio@fgvsp.br OU ACESSE www.fgv.br/revistagetulio

Parabéns pela reportagem *Quanto Demora o Futuro,* de Sérgio Praça e Beatriz Rey (número 4). Sugiro que numa próxima edição façam uma matéria sobre inovação sob o ponto de vista das empresas, ou seja, da parceria com universidades e entidades públicas. Trabalho em uma empresa multinacional, cuja inovação é um de seus lemas, e desde a publicação da Lei de Inovação tentamos celebrar parcerias com universidades públicas não tendo sucesso até o momento, devido, na maioria dos casos, e não sendo este o único fator, à falta de um Núcleo de Inovação com estrutura para tanto. Conversamos com diversas universidades e muitas ainda dizem que não possuem recursos humanos suficientes para estruturar o núcleo no que tange à área administrativa, incluindo profissionais que realmente saibam como aplicar as regras da lei. Concordo com parte dos argumentos levantados na matéria, de que muitos dos obstáculos desta parceria surgem das próprias empresas, até mesmo pelo desconhecimento da Propriedade Intelectual/Industrial e o custo que se tem em Pesquisa e Desenvolvimento versus tempo e risco. Não podemos, porém, deixar de considerar que muitas universidades públicas ainda não estão preparadas para tais parcerias. Há ainda muitas dúvidas sobre o assunto, principalmente quando chega o momento da fixação de royalties. A Lei de Inovação determina que no contrato de parceria de desenvolvimento em conjunto sejam fixadas proporcionalmente a participação de cada parte, bem como o percentual a ser pago a título de royalties caso resulte em um invento patenteável, sendo, todavia, que nenhuma das partes sabe se a pesquisa dará resultado e se este resultado terá aplicação comercial. Muitas possíveis parcerias emperram nesta fase, visto que os percentuais propostos pelas universidades por vezes são elevados. E a mensuração da proporcionalidade do conhecimento de cada parte é tão subjetiva que não há métrica plausível para avaliá-la. Por fim, caminhamos aos poucos e acredito que em alguns anos teremos as parcerias e as inovações tão sonhadas.

***Adriana N. C. Bittencourt, Campinas, SP***

## NOSSO SITE ESTÁ NO AR!

O site da revista Getulio continua esperando sua visita! Você pode conferir algumas novidades, rever reportagens de número anteriores. E, o mais importante, há espaço para você deixar sugestões de temas, comentários sobre os textos que leu, enviar críticas, elogios. Quem estiver por defender uma tese ou terminando a pesquisa de mestrado, pode enviar um resumo do tema, que se for de interesse daremos espaço na seção "Vida Acadêmica". O site é o espaço privilegiado para você participar da revista. Não deixe de postar suas críticas e comentários ou salientar pontos importantes levantados por nossos articulistas. O e-mail continua a sua disposição, mas a idéia é unificar os comentários, dando visibilidade a eles no próprio site. Acesse www.fgv.br/revistagetulio e... mande logo sua mensagem.




Falar sobre Direito com um formato diferente, essa é a proposta da *Getulio.* É verdade que a distribuição ainda não é muito boa, mas vale o esforço e a procura acaba por compensar. O segundo número (março, 2007) trouxe interessante entrevista com o professor José Eduardo Faria, na qual ele sustenta que a "globalização é um problema, não um destino". Nesse sentido, um mundo em mudança seria muito mal apreendido por nossos cursos jurídicos, que viveriam uma situação autista. Em suas palavras: "o ensino jurídico não foi capaz de perceber alterações significativas sofridas pelo país, do ponto de vista da economia, do direito, do estado e das instituições, continuando excessivamente forense e preso a uma visão de mundo e de sociedade distanciada da realidade". Embora cruel, trata-se de um diagnóstico dificilmente refutável. O número 3 (maio, 2007) traz interessantes discussões sobre segurança pública e violência, além de um importante artigo sobre a pesquisa realizada por Brisa Ferrão e Ivan César Ribeiro, que também assinam o texto "jornalístico". Na verdade, eles relatam de forma sucinta os resultados de sua pesquisa que já tinha dado origem ao artigo "Os juízes brasileiros favorecem aparte mais fraca?" Os textos são bem escritos e importantes para compreender o debate em torno da idéia de incerteza jurisdicional e de seu impacto nas atividades econômicas, cujo "consenso" é por eles questionado. Vale a pena conferir, enquanto continuamos aguardando os próximos números da revista.

***Roberto Fragale Filho, Niterói, RJ***

**O cotidiano dos taxistas**

Eu que utilizo táxi com muita freqüência achei uma delícia ler o texto sobre os taxistas, escrito por Beatriz Rey. Simples, quase um diário desses profissionais do cotidiano do trânsito. Uma narrativa leve e com detalhes que me atraiu pela riqueza. São profissionais com que convivemos todos os dias e não atinamos para o seu universo íntimo e tantas vezes cheio de humor. Parabéns!

***Geraldo Oliveira, Belo Horizonte, MG***

série GVlaw

O melhor programa de pós-graduação em Direito no formato de livros, com conteúdo atualizado e selecionado.

RESPONSABILIDADE CIVIL
RESPONSABILIDADE CIVIL NA INTERNET E NOS DEMAIS MEIOS DE COMUNICAÇÃO
Coord. Regina Beatriz Tavares da Silva e Manoel J. Pereira dos Santos

CONTRATOS EMPRESARIAIS
FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS DOS CONTRATOS EMPRESARIAIS
Coord. Wanderley Fernandes

PROPRIEDADE INTELECTUAL
CRIAÇÕES INDUSTRIAIS, SEGREDOS DE NEGÓCIO E CONCORRÊNCIA DESLEAL
Coord. Manoel J. Pereira dos Santos e Wilson Pinheiro Jabur

RESPONSABILIDADE CIVIL
RESPONSABILIDADE CIVIL NA ÁREA DA SAÚDE
Coord. Regina Beatriz Tavares da Silva

PROPRIEDADE INTELECTUAL
SINAIS DISTINTIVOS E TUTELA JUDICIAL E ADMINISTRATIVA
Coord. Manoel J. Pereira dos Santos e Wilson Pinheiro Jabur

DIREITO TRIBUTÁRIO
TRIBUTAÇÃO INTERNACIONAL
Coord. Eurico Marcos Diniz de Santi, Fernando Aurelio Zilveti e Roberto Quiroga Mosquera

DIREITO SOCIETÁRIO
SOCIEDADES ANÔNIMAS
Coord. Maria Eugenia Reis Finkelstein e José Marcelo Martins Proença

PROPRIEDADE INTELECTUAL
CONTRATOS DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL E NOVAS TECNOLOGIAS
Coord. Manoel J. Pereira dos Santos e Wilson Pinheiro Jabur

SAC | Grande São Paulo: (11) 3613-3210
Demais localidades: 0800 055 7688
saraivajur@editorasaraiva.com.br

Editora Saraiva
www.saraivajur.com.br

# NOTAS CURTAS

## MÉDICA ACUSADA DE HOMICÍDIO EM NOVA ORLEANS É ABSOLVIDA

Em três dias 34 pessoas morreram no Centro Médico Memorial da cidade de Nova Orleans. Todas eram vítimas do furacão Katrina, que atingiu a costa do golfo no dia 29 de agosto de 2005. Dentre os poucos que continuaram no hospital que ficou quatro dias sem eletricidade e com andares inundados, a doutora Anna Maria Pou seria acusada um ano depois de homicídio em segundo grau.

Além da médica, os enfermeiros Lori Budo e Cheri Landry receberam a mesma acusação, mas foram inocentados ao depor a favor da condenação de Pou. Ela foi acusada de ministrar doses letais de morfina e um sedativo a quatro pacientes.

Um júri popular de Nova Orleans decidiu que Pou era inocente em julho deste ano. Após o anúncio da sentença, ela declarou que "o dia de hoje não é um triunfo, mas sim um momento para a lembrança de todos os que perderam a vida na tempestade. É também um tributo a todos que ficaram em seus postos e atenderam pessoas na hora de maior necessidade".

Embora a American Medical Association tenha se declarado a favor da decisão do júri, o caso de Anna Pou serviu para que médicos questionassem qual seria o tratamento adequado durante uma crise como a causada por um furacão. Pou sempre se declarou inocente: "Eu só tentei dar conforto aos meus pacientes". Agora ela espera voltar a trabalhar, dedicando-se "ao que mais ama." Fez um último apelo para que todos se lembrem da "magnitude do sofrimento humano após o furacão, para que mais nenhum médico ou enfermeiro seja falsamente acusado por ter tomado uma decisão às pressas".

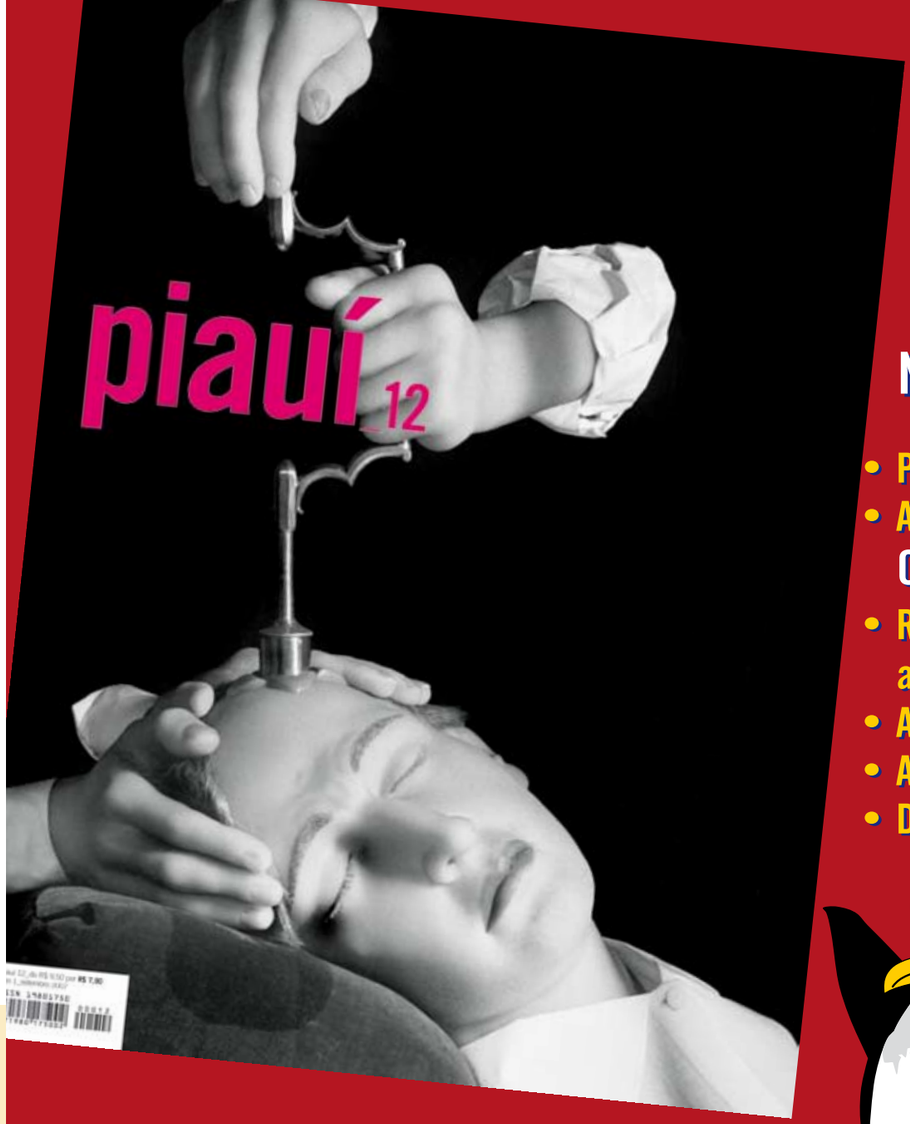
## O QUE EXECUTIVOS PODEM APRENDER COM... PIRATAS

Em seu estudo intitulado "An-arrghchy: The Law and Economics of Pirate Organization", o economista Peter Leeson, da George Mason University, dá uma lição a executivos sobre métodos de liderança e organização. Leeson afirma que piratas formaram a mais bem-sucedida e sofisticada organização criminosa da história. Como operavam à margem do Estado – e, conseqüentemente, da lei –, contavam apenas consigo mesmos para assegurar que regras fossem cumpridas. O segredo dos piratas era limitar o poder dos capitães e garantir participação a todos os membros da tripulação.

Cada navio pirata possuía um próprio código, semelhante a uma Constituição, que determinava os direitos e deveres da tripulação. Além dessas regras, os piratas precisavam garantir que seus líderes não priorizariam seus interesses pessoais em detrimento dos da tripulação. Leeson afirma que dessa forma desenvolveram modelos antecedentes aos de futuras democracias ocidentais. Os piratas elaboraram um sistema de poder limitado e descentralizado: o capitão teria total autoridade durante uma batalha, pois debates e desentendimentos poderiam ser perigosos em momentos turbulentos; fora de batalha, o primeiro imediato seria o encarregado de distribuir comida e pilhagens, além de disciplinar o resto do navio. Além disso, o capitão e o primeiro imediato não conquistavam seus cargos hereditariamente ou por força – eram eleitos pela tripulação, que também poderia destituí-los quando quisesse. Se surgissem impasses sobre o código de regras, não era o capitão quem teria a decisão final, mas sim um júri composto por membros da tripulação.

É possível notar um raciocínio lógico dos piratas que pode ser passado a qualquer executivo ou advogado: bons líderes em momentos decisivos ou de crise não necessariamente são bons administradores. Além disso, concentrar o poder em apenas uma pessoa pode resultar em más decisões. Funcionários geralmente se dedicam e produzem mais se suas opiniões também são consideradas.






NESTA EDIÇÃO:

- Por dentro do *Estadão*
- A vida dos que mataram Che Guevara
- Revolta no Piauí contra a Philips
- A memória dos ratos
- Adeus, Waldir Pires
- Do esgoto para o museu



leia.

revista piauí

www. .com.br

_pra quem tem um parafuso a mais




# VENEZUELA: COMPRAR, COMPRAR, COMPRAR!

Alta dos preços do petróleo, expansão do crédito e fé no futuro levam venezuelanos a um inédito furor consumista. Vendas batem recordes e há filas de espera nas concessionárias. Mas ninguém sabe quanto tempo durará a prosperidade

Por Gilberto Maringoni

O Toyota Corolla de quatro portas, cheirando a novo, arrasta-se por uma interminável fila tripla na avenida Libertador, próximo à praça Altamira, centro de Caracas. São quase seis da tarde de um dia chuvoso do mês de julho e o trânsito parou. Buzinas nervosas, luzes desfocadas pela água no vidro do veículo e a sensação de que a espera será longa completam o ambiente.

"No hay problema. És cada dia peor pero está todo bien..."

Quem fala é o motorista Jesús Menendez, um rapagão de 27 anos, dois filhos pequenos, morador de Petare, um imenso bairro popular da zona leste de Caracas. "Una favela", completa ele. Jesús não reclama da vida, está tudo ótimo, diz, enquanto tenta esgueirar seu Corolla transformado em táxi pelas filas de carros, procurando não ralar a pintura. Falante, conta a razão de sua despreocupação. Pilotava um velho Peugeot batendo lata até o final de 2006 quando resolveu dar um grande passo: comprar um carro zero. Era algo impensável anos atrás.

O taxista conseguiu o que dezenas de milhares de venezuelanos estão fazendo desde 2004. Aproveitou-se da montanha de crédito disponível num país que cresce a taxas próximas a 10% ao ano, graças aos altos preços de seu principal produto de exportação, o petróleo. Com uma inflação de 19,5% ao ano e uma taxa de juros que alcança 15,5%, é muito barato tomar empréstimos no sistema financeiro local. Os juros apresentam taxa real negativa.

## Boom consumista

A combinação de crescimento econômico com facilidade de crédito criou uma verdadeira explosão no mercado interno. Para quem visita o país freqüentemente, a prosperidade salta à vista. Os velhos carrões detonados que se viam nas ruas há quatro ou cinco anos foram substituídos por uma frota tinindo de nova. Os restaurantes dos bairros de classe média e média alta estão lotados todos os dias, com longas filas de espera.

Nos primeiros cinco meses de 2007, as vendas no comércio aumentaram cerca de 39% em relação ao mesmo período do ano passado, atesta o Banco Central da Venezuela. O jornalista Victor Salomón, do *El Universal*, constatou, em 14 de agosto, que, "impedidos de comprar dólares e vendo que as taxas de juros não compensam aumentos de preços, os venezuelanos deixaram a poupança de lado para submergir em um *boom* de consumo que acelera as vendas em todas as modalidades de comércio". A grande novidade é que o aquecimento do mercado se manifesta especialmente entre as camadas mais pobres da população. Em 2006, as camadas D e E compraram 22% mais que no ano anterior.

Os números, por setor, são expressivos na comparação entre 2006 e 2007. Roupas e artigos de vestuário

deram um salto de 102%. Automóveis alcançaram 71%. Ferramentas e artigos de pintura vendem agora 41% mais. No caso de produtos farmacêuticos e cosméticos o incremento anual chega a 35%. Alimentos deram um salto de 33%.

Luis Vicente León, diretor do Instituto Datanálisis, responsável por essas pesquisas, observa que "a população aumenta seu consumo quando tem mais dinheiro no bolso e suficiente confiança no futuro". Tais sinais são impulsionados pela queda nos índices de desemprego e nos aumentos reais de salários observados nos últimos meses. No primeiro semestre, o salário mínimo teve um aumento real de 20%. León completa seu raciocínio apresentando um dado importante: 60% da população vê o país em termos favoráveis e 82% crê que sua situação vai melhorar.

O ânimo do empresariado não acompanha a vontade dos consumidores: 62% deles manifestam temores sobre o modelo político seguido pelo país. Tal índice pode se materializar em uma menor propensão a investir. O verbo no condicional tem razão de ser. Até agora ninguém perdeu dinheiro por apostar na economia que mais cresce no continente.

Se o componente psicológico não oferece entraves reais ao aumento da oferta, o controle de preços que o governo impôs a diversas mercadorias, em especial aos gêneros de primeira necessidade, tem inibido a produção de maneira sensível. Essa foi uma forma de tentar deter um processo inflacionário em curso. Como resultado, vários produtos, como carne, leite, feijão e farinha, desapareceram das gôndolas dos supermercados.

A oposição esbraveja, denunciando um possível caos na economia. Os porta-vozes oficiais, por seu lado, argumentam que a escassez é fruto do aumento do consumo.

O governo tenta solucionar o problema com os instrumentos que tem à mão. Está importando gêneros aos borbotões, num aumento de 47% no primeiro trimestre deste ano.

### Petróleo e prosperidade

A febre de consumo tem uma explicação óbvia. É a manutenção da pressão altista sobre os preços do petróleo, que coloca o preço do barril ao redor de US$ 70, outro recorde histórico. É esse o fator principal a sustentar as altas taxas de popularidade do presidente Hugo Chávez. É também por meio da renda petroleira que seu governo mantém uma série de programas sociais para a população de baixa renda e uma agressiva política externa que busca aliados por toda parte.

**Carne, leite, feijão e farinha desapareceram das gôndolas. O governo tenta solucionar importando gêneros aos borbotões: aumento de 47% no primeiro trimestre deste ano**

Quando Chávez foi eleito pela primeira vez, em dezembro de 1998, o barril do petróleo era cotado a US$ 9. Seu primeiro gesto em política externa foi patrocinar uma reunião da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em julho do ano seguinte, em Caracas. A associação, criada em 1960 e integrada, além da Venezuela, por Arábia Saudita, Argélia, Angola, Catar, Emirados Árabes, Indonésia, Irã, Iraque, Kwait, Líbia e Nigéria, não vivia seus melhores momentos. As cotas de produção de cada país, mecanismo de regulação da oferta internacional, eram constantemente desrespeitadas por pressão dos países ricos.

Chávez não apenas conseguiu acordar a regulação das cotas, que conduziria a uma elevação dos preços, como emplacou um venezuelano, Ali Rodríguez, na secretaria-geral do órgão. No final de 1999 o barril chegava a US$ 20.

Os preços ficariam ao redor dessa marca se não houvesse um aumento exponencial da demanda mundial a partir de 2001. A expansão global e a entrada da China como grande consumidora jogaram os preços para cima, numa situação em que não há descobertas de jazidas significativas.

Um dos grandes críticos do governo é o jornalista Teodoro Petkoff. Ex-ministro do Planejamento do governo de Rafael Caldera (1994-1998), que impôs um duro plano de ajuste fiscal em meio a uma prolongada crise econômica, ele reconhece a bonança, mas pondera: "A alta dos preços se manifesta na economia através do gasto público". Segundo ele, esse impulso se dá basicamente no setor terciário, comércio e finanças. "Não há dinamismo no setor produtivo, o que gera um crescimento disforme. Graças ao gasto público, há uma enorme expansão da demanda que aumenta brutalmente as importações." Para o jornalista, o aumento da demanda não é suprido pela produção local. "No ano passado tivemos US$ 36 bilhões em importação. Isso é agravado por uma política de controle de câmbio que leva à sobrevalorização do bolívar", a moeda local. A taxa de câmbio oficial, seguida pelo comércio, estabelece a relação de 2.150 bolívares por dólar há quase dois anos. Nas ruas de Caracas, a moeda dos EUA chega a alcançar 4.200 bolívares. Com isso as importações tornam-se extremamente baratas, o que inibe a produção local.

Com aumento da demanda e gargalos na oferta, opina o ex-ministro, isso se transforma em fator inflacionário, pois a oferta não acompanha a demanda. "Temos 19,5% de inflação anual, a mais alta do continente. Ao mesmo tempo, como há muito dinheiro na praça, as taxas de juros são baixas. É uma sensação de bonança tamanha que a venda de carros novos nunca foi tão alta. Economicamente, estamos melhor que nunca", diz ele, para em seguida advertir: as distorções criarão problemas mais adiante.

**Em cada esquina do centro há uma sensação de cenários futuristas e opressivos de Blade Runner. Há uma prosperidade com marcas vivas de uma decadência anterior**

É uma aparente contradição. Hugo Chávez anuncia uma revolução socialista ao mesmo tempo que os banqueiros e importadores ganham muito dinheiro. O titular da Superintendencia Nacional de Bancos y Otras Instituciones Financieras (Sudeban), Trino Alcides Díaz, informou, em 19 de agosto, que o rendimento anual dos bancos está acima de 30% e que os ativos bancários valorizaram-se cerca de 60% em relação ao ano passado.

### A fúria edificadora

Apesar do verbo inflamado, Chávez tem se mostrado cauteloso no terreno econômico. Após sofrer uma tentativa de golpe de Estado, em 2002, e um locaute de dois meses, que paralisou a economia no início do ano seguinte, a Venezuela viu seu Produto Interno Bruto despencar 17% em 2003. Segundo Jorge Giordani, ministro do Planejamento, nos três primeiros anos do governo Chávez, cerca de 32 bilhões de dólares saíram do país. Para recuperar o controle da situação, o governo jogou pesado. Impôs um rígido controle de câmbio, que funcionou como barreira para a saída de capitais. O crescimento da economia mundial e o aumento do preço do petróleo fizeram a outra parte no processo de recuperação.

Há pelo menos 50 anos a Venezuela busca diversificar sua economia. Tentou instalar um complexo siderúrgico estatal no estado Bolívar, no centro do país, como forma de incentivar uma indústria automobilística. Algumas montadoras vieram, animadas pelo ciclo altista do petróleo, entre os anos 1970 e 1980. Mas as tentativas de industrialização não tiveram muito fôlego. Com petrodólares inundando a economia, sempre foi mais vantajoso importar produtos industrializados do que incentivar a fabricação nacional.

O escritor uruguaio Eduardo Galeano viveu por alguns meses na Venezuela no início dos anos 1980. Ele conta que, logo em seus primeiros dias, foi a um supermercado e dirigiu-se ao setor de bebidas. Encontrou as principais marcas de uísque escocês. Logo adiante, uma gôndola repleta de pequenos sacos de água o deixou intrigado. "O que é isso?", perguntou a um atendente. "Ah, é água francesa para fazer gelo para os uísques importados ali ao lado."

### A passo lento

Com a queda dos preços do petróleo, a partir de 1983, a manutenção dos edifícios e das ruas e os serviços como iluminação pública e recolhimento de lixo se degradaram paulatinamente. Uma sensação de adentrar os cenários futuristas e opressivos do filme *Blade Runner*, de Ridley Scott, toma conta do visitante de primeira viagem. Há uma prosperidade com marcas vivas de uma decadência anterior em cada esquina do centro da capital.

O Toyota Corolla de Jesús Menendez avançou sete quadras em pouco mais de 20 minutos. Ele já se acostumou com o engarrafamento e com as obras que complicam o trânsito. Bom de conversa, segue tranqüilo ao volante de seu táxi. Chegará em casa meio tarde, mas a tempo de brincar com as crianças antes de dormirem. Quer agora comprar uma TV de plasma para ver desenhos com a garotada. Como milhões de venezuelanos, tem a sensação de que pode seguir consumindo e que a vida vai melhorar. O problema é que, numa economia globalizada, nem sempre a prosperidade pode ser alicerçada apenas em bons ventos internos.

*Gilberto Maringoni é jornalista, historiador e autor de* A Venezuela que se inventa – Poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez *(Editora Fundação Perseu Abramo, 2004).*

# CONTRA OS CARROS, COMUNIDADES WALKABLE

Arquitetos e urbanistas analisam as vantagens e os problemas de cidades em que tudo se resolve a pé. E como São Paulo, onde mal resolvemos a vida sobre rodas, poderia se tornar uma delas

Por Sérgio Praça e Camila Ploennes

No século XIX a cidade deixou de ser um lugar agressivo e passou a ser pensada como um espaço de lazer, para passear a pé. Passados os movimentos revolucionários, na França, houve uma apropriação da cidade pela burguesia, disseminando cafés, restaurantes e parques públicos. E a partir de então o exemplo a imitar era o de Paris durante o mandato do barão Georges-Eugène Haussmann, prefeito nomeado por Napoleão III. Demoliu muros da cidade e no lugar implementou amplos bulevares, ligando-os a outras avenidas e demolindo partes da cidade medieval. No oeste parisiense Haussmann criou um parque para a alta burguesia, chamado Bois de Boulogne, e a leste construiu o Bois de Vincennes para o operariado. Separação física pautada por critérios econômicos.

A desigualdade de renda entre classes decresceu continuamente ao longo do século XX (mais lentamente nos trópicos, é claro) e o automóvel, cada vez mais massificado, trouxe poucas soluções e novos problemas urbanos. "A idéia do urbanismo americano é de extensões muito grandes de terra, com lotes isolados e poucos prédios. Nesse tipo de organização, o automóvel rapidamente se tornou útil", afirma Lúcio Gomes Machado, vice-presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo. "A densidade de transporte automobilístico era pequena em relação às distâncias percorridas. Então não havia conflito entre carros e pedestres. Mas isso passa a ocorrer na segunda metade do século XX com a maior intensidade de motorização nos Estados Unidos e a introdução do automóvel em cidades européias."

Há, então, uma inflexão no urbanismo: depois de desenhar cidades para distinguir cidadãos burgueses dos operários, os planejadores começam a se preocupar com a separação entre carros e pedestres. Essa é a visão do arquiteto Le Corbusier, uma referência fundamental para enorme parcela da arquitetura brasileira.

Nos últimos anos essa perspectiva se radicalizou. Há quem praticamente defenda o fim do automóvel, colocando o indivíduo no centro das atenções. Se Gilles Deleuze promoveu a ressurreição do sujeito em debates sobre a modernidade, alguns arquitetos hoje preconizam isso para o urbanismo e falam das comunidades *walkable*.

"A proposta é reunir todas as necessidades da pessoa em uma região única. Significa ter numa mesma zona escritórios, lojas, restaurantes, quitandas, bares, bancos, correio, farmácia, residências um pouco menores, de modo que o morador possa ir andando a todos os lugares", explica Roberto Simon, arquiteto e membro do Comitê de Finanças e Novas Estratégias da União Internacional de Arquitetos. "Misturam-se num mesmo setor atividades e diferentes classes sociais. A idéia é integrar o máximo possível. Em dez minutos de caminhada o indivíduo encontra todos os locais de atividades de que necessita."

Lúcio Gomes Machado frisa que comunidades walkable não são uma invenção norte-americana, mas cita um interessante exemplo dos Estados Unidos. "Em Dallas e Houston foram implementadas 'cidades subterrâneas', originalmente uma idéia do arquiteto sino-americano Ieoh Ming Pei. Como o Estado do Texas tem um calor insuportável, então se

formou uma rede urbana abaixo da calçada e o pessoal fica fresquinho lá embaixo", conta. "Economicamente é muito interessante, pois uma rede de pequenos serviços que era caríssima na altura da rua devido ao valor do terreno tornou-se viável embaixo. Tinturaria, barzinho, cabeleireiro, lotérica... Ninguém anda na rua de cima!" Mais ou menos o que ocorre com Montreal, pelo motivo oposto de fugir do frio insuportável do inverno: a vida se resolve em espaços subterrâneos contíguos às estações do metrô. Seguindo o exemplo, São Paulo poderia submergir seus camelôs e pedestres em excesso, certo?

Errado, afirma Alberto Botti, arquiteto e ex-presidente da Emurb (Empresa Municipal de Urbanização). "As comunidades walkable são soluções extremamente limitadas e

## "As comunidades walkable são soluções extremamente limitadas, que só valem para cidades pequenas", afirma o arquiteto Alberto Botti

só podem ser aplicadas em cidades menores. São comunidades em que se pode usufruir de todos os equipamentos que ela tem dentro de um raio de acesso que pode ser pedestrianizado. Isso pressupõe área pequena. Em São Paulo, a Vila Olímpia tentou fazer algo nesse sentido, porque esse bairro tem grande concentração de edifícios e o sistema viário é de péssima qualidade".

Roberto Simon discorda, prescrevendo a solução de comunidades walkable para uma gama maior de situações. "É uma maneira de resolver questões de saúde, meio ambiente, relações humanas e otimização de tempo." Trata-se de um enfoque condizente com uma mudança na profissão de arquiteto, afirma Alberto Botti. "Depois de todas as grandes propostas nos últimos 50 anos – cidades novas, que deram resultados relativamente ruins –, o urbanismo reduziu sua visão para uma série de propostas na linha do Desenho Urbano. É uma área menor, menos ambiciosa, na qual o arquiteto pode fazer um trabalho mais profundo. O conceito de comunidade walkable se encaixa na visão do Desenho Urbano como solução para problemas locais ou setoriais".

Se Oscar Niemeyer e Lucio Costa inspiraram gerações de arquitetos a se julgarem artistas, Lúcio Gomes Machado chama-os de volta à realidade: "O arquiteto abandonou o canteiro de obras. Isso foi péssimo para a profissão, que deixou de ser reconhecida como capaz de propor coisas úteis e palpáveis para a cidade. Ele perdeu a liderança do processo construtivo. Quem comanda hoje os empreendimentos imobiliários do mercado imobiliário são os corretores de imóvel".

As comunidades walkable seriam sinal, então, do retorno de um papel prático e menos ambicioso para os arquitetos? Não necessariamente. Roberto Simon quer atropelar os automóveis. "Não que o carro seja o único vilão da história, mas ele tem grande responsabilidade pelos problemas ambientais e de saúde. O uso do automóvel demanda estradas e ruas. Investimento público, portanto", afirma. "Deixa-se de investir em transporte público de qualidade, que poderia atender comunidade e todas as classes sociais. Assim é Zurique, onde 60% das pessoas se desloca em transporte público e 30% anda de bicicleta ou a pé."

Exemplo inverso é Beijing, sede das Olimpíadas de 2008. Lá circulam 9 milhões de bicicletas tradicionais. Em função do crescimento econômico ininterrupto de mais de duas décadas, os chineses têm construído viadutos, estradas... Há notícia de engenheiros da burocracia chinesa pedindo conselhos a planejadores urbanos de São Paulo. Algo análogo a perguntar ao Tony Soprano, o poderoso e emotivo chefão do seriado televisivo, como melhorar os direitos civis da população.

De acordo com o cientista político Eduardo Marques, autor do livro *Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo*, prefeitos ligados à esquerda em São Paulo – como Luiza Erundina e Mário Covas – realizaram políticas urbanas redistributivas. Em outras palavras, implementaram infra-estrutura em lugares que não havia antes. O padrão de políticas da direita, representada por alcaides como Paulo Maluf, é de investimento em grandes obras viárias localizadas no centro expandido. A quantidade de contratos acima do limite legal é, naturalmente, maior nas administrações de direita.

### aprender com os outros?

Destacar bons exemplos e rir dos piores beira o inútil. Até a revista conservadora britânica *The Economist* cita Curitiba como a grande promessa urbanística brasileira, mas... "não podemos generalizar soluções nem problemas. O caso de Curitiba é especial. Soluções aplicadas em Curitiba são soluções que só cabem lá", afirma Alberto Botti. "Essa cidade teve a sorte de hospedar um grupo de planejamento permanente que conduziu a cidade a resultados positivos, liderado por Jaime Lerner. Esse processo hoje já se esgotou e já se transformou. Contudo, se esse espírito de planejamento fosse aplicado em outras cidades, poderia dar bons resultados."

Cidades imitadoras poderiam até, décadas adiante, serem agraciadas com a piada que conta Lúcio Gomes Machado: "É sobre a premiação de um concurso de arquitetura. Para o primeiro lugar, um dia com tudo pago em Curitiba. Medalha de prata: dois dias em Curitiba. Terceiro prêmio: três dias em Curitiba. Não havia nada para fazer lá, uma cidade chatíssima! Os planejadores perceberam que precisavam de diversidade cultural e foram atrás disso".

## Roberto Simon quer atropelar os automóveis. "Ele não é o único vilão da história, mas é responsável por problemas ambientais e de saúde"

Opções de lazer e cultura no espaço urbano se traduzem, para Alberto Botti, em qualidade de vida. "Temos uma oferta cultural em São Paulo que não existia há 30 anos. Qualidade de vida, hoje, é a possibilidade de oferecer diuturnamente museus, teatros, cinemas", defende ele. "Antigamente eu saía de casa e havia duas ou três ótimas opções de restaurante na cidade. Agora posso ir a um restaurante diferente em cada dia de 2007 e comer muito bem. Nesse sentido, São Paulo é maravilhosa e eclética".

É claro que esses pontos positivos paulistanos estão bastante concentrados em uma área pequena da cidade, ao redor do centro. Lúcio Gomes Machado desmistifica o esvaziamento do centro, afirmando que há "novamente um grande interesse, uma enorme procura, por morar no centro de São Paulo". Por incrível que pareça! Na contramão dos megaprojetos de condomínios fechados em Santana do Parnaíba ou similares, "os empreendedores imobiliários estão detectando isso com clareza. As pessoas querem ficar perto do transporte público, da infra-estrutura urbana, do lazer", constata.

Por que a verdadeira renovação do centro da cidade fica no papel, apesar de diversas melhorias cosméticas realizadas pelos prefeitos mais recentes? Criou-se um mito da preservação arquitetônica. Cerca de metade dos edifícios do centro de São Paulo são tombados. Ora, todo edifício tombado tem um envoltório legal que é um raio de 300 metros. Traçando limites que respeitam essa distância a partir dos edifícios, pouco sobra. "Mas preservar um prédio não é necessariamente manter todas as suas características iniciais. Se um edifício que não tem elevador precisa de três, preciso instalá-los. Uma visão ultra preservacionista impede o aproveitamento desse espaço, o que dificulta a reciclagem do centro como ela deveria ser feita", afirma Alberto Botti.

"Revitalizar o centro velho é fundamental", continua o arquiteto. "Trata-se de um pedaço da cidade de São Paulo que dispõe de todos os equipamentos urbanos de que uma cidade precisa. Estão muito mal aproveitados no momento. Isso não impede que sejam criados centros secundários que possam coexistir perfeitamente com o centro principal".

Coexistência pacífica? Lúcio Gomes Machado tem opinião contrária. "O fato de São Paulo ter vários centros decorreu da decisão do mercado imobiliário de, a cada aumento no preço de terrenos, promover um novo centro como forma de obter terrenos baratos e poder vender a mercadoria fundamental dele, que é o espaço construído. Mas isso causou uma perda econômica brutal para a cidade porque ela precisa de infra-estrutura urbana suficiente para atender o centro velho, o centro novo, a região da avenida Paulista, o entorno da avenida Faria Lima, da Berrini... Não há lógica em ter cinco ou seis centros de negócios em São Paulo."

De acordo com o arquiteto, "os empresários com escritório nesses centros são prejudicados, pois têm que atender contatos em todos os outros lugares da cidade. Isso causa um grande volume de trânsito e de pessoas andando de carro não para passear. Estão perdendo tempo de trabalho dentro dos carros".

Roberto Simon lembra que "o carro joga dióxido de carbono na atmosfera. Se você junta 300 mil carros, como em São Paulo, além da emissão de poluentes, há o estresse do trânsito. O automóvel não pode ser o centro das atenções, porque um planejamento urbano feito para o carro não é o ideal para o cidadão. É estresse, poluição, perda de tempo, pouca relação com os outros..."

### as vantagens de andar sem marchas

A comunidade walkable, idílica, é o ideal proposto por Simon. "Em um bairro planejado assim você desce do apartamento, conhece pessoas, sai

para trabalhar caminhando, passa na padaria na volta e compra pão, pega um jornal na banca e bota embaixo do braço... Há uma relação mais humana com a vida do que descer do elevador, entrar no carro e passar quase duas horas dirigindo porque o trânsito é um inferno."

Nesse cenário em que todos podem ir a pé para praticamente todos os lugares, é natural que a segregação espacial por motivos econômicos diminua. Não há uma Alphaville de ricos isolados na qual o criminoso sabe que há 200 casas aguardando assaltos. "Claro que em uma cidade onde as classes sociais estão misturadas assaltos podem acontecer em qualquer lugar, mas não é mais difícil achar minha casa e me assaltar? Os riscos são minimizados", afirma Simon.

Metrópoles com características de comunidades walkable como Nova York, porém, enfrentaram grandes ondas de criminalidade no fim do século passado. A receita para diminuí-la, segundo escreve o jornalista Malcolm Gladwell em *The Tipping Point* (LB Books, 2001), teve algo do que Simon propõe. Uma das principais medidas para reduzir a violência foi pintar por cima das pichações nos vagões de metrô, deixando-os mais apresentáveis. Mas soluções assim não seriam tão úteis em São Paulo, onde as causas e conseqüências da violência estão longe do alcance de políticas pouco drásticas. Alberto Botti é pessimista: "Nunca voltaremos à segurança de 40 anos atrás".

Se não podemos esperar de comunidades walkable que tragam a paz à vizinhança, outros ganhos são quase certos. "O fato de o cidadão caminhar, se exercitar ou andar de bicicleta pode reduzir problemas de saúde como obesidade, diabetes, colesterol", comenta Simon. "Parece estranho, mas esses centros afastados como Alphaville e outros condomínios do tipo geram mais depressão pelo afastamento, porque as pessoas estão mais solitárias."

**"Há uma relação mais humana com a vida do que descer do elevador, entrar no carro e passar duas horas dirigindo no trânsito engarrafado"**






# VIDA ACADÊMICA

Teses e dissertações que apontam novos caminhos

## A eutanásia como direito constitucional

O Direito pode decidir sobre a vida e a morte? O advogado Roberto Baptista Dias da Silva tentou responder a essa pergunta em sua tese de doutorado "Uma visão constitucional da eutanásia". O objetivo da pesquisa é "discutir a morte não como algo a ser evitado, mas como um direito a perseguir em certas circunstâncias". Orientado por Flávia Piovesan, Roberto Baptista Dias da Silva analisou a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e interpretou a Constituição brasileira para concluir que "a autonomia e a dignidade do paciente têm relevância fundamental na caracterização dos crimes de homicídio piedoso e auxílio ao suicídio. Essas condutas não caracterizam ilícito penal na hipótese de cessação do tratamento por motivos humanitários ou vontade do paciente".

A defesa da tese ocorreu em 16 de julho na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e a banca examinadora foi composta por Oscar Vilhena Vieira, Nelson Saule Júnior, Ana Paula de Barcellos e Daniel Sarmento, além da orientadora. Saule Júnior, professor da PUC-SP, destacou que o estudo "traz uma contribuição relevante devido à abordagem na perspectiva do direito constitucional, uma vez que esse assunto costuma ser analisado sob a óptica do direito penal e das responsabilidades civis". Entretanto, Saule Júnior apontou a falta de uma análise mais profunda sobre as responsabilidades do Estado brasileiro no campo do direito à saúde pública, especialmente no que se refere à eutanásia.

A definição de eutanásia, segundo o estudo de Roberto Dias, é de "comportamento médico que antecipa ou não adia a morte de uma pessoa, por motivos humanitários, mediante requerimento expresso ou por vontade presumida daquele que sofre uma enfermidade terminal incurável, lesão ou invalidez irreversível, que lhe cause sofrimentos insuportáveis e afete sua qualidade de vida, considerando sua própria noção de dignidade". Segundo a Constituição brasileira, a dignidade da pessoa humana é definida como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito (art. 1º, inciso III). Constitucionalmente, a vida é compreendida como um direito e, como poderia observar o Conselheiro Acácio, um pressuposto para o exercício dos outros direitos. Roberto Dias complementa: "Além disso, esse direito deve ser compreendido como um princípio constitucional e, portanto, passível de ponderação".

Roberto Dias enfatiza que o paciente deve ser informado sobre os diagnósticos, tratamentos e prognósticos para decidir sobre a própria morte. "Faz parte da noção de cidadania e dignidade. O direito à informação é um requisito imprescindível para o exercício do direito constitucional à autonomia." Se o paciente for menor de idade, deve-se levar em consideração a participação dos pais ou responsáveis, dos médicos e, segundo Roberto Dias, "principalmente a própria manifestação do paciente". Quando o cidadão não conseguir exercer sua autonomia, pode nomear um procurador de saúde. "Nesse caso não é o mandatário que está a dispor da vida do mandante. Ele somente exporá à equipe médica os desejos do paciente que o nomeou."

A lei estadual 10.241/99 de São Paulo garante ao paciente o direito de aceitar ou recusar procedimentos diagnósticos depois de receber informações sobre sua saúde. Além disso, concede o direito de rejeitar tratamentos dolorosos para tentar prolongar a vida e permite ainda que o paciente escolha o local de sua morte. "Essa lei apenas disciplina de maneira mais minuciosa e clara o direito à recusa de tratamento e à eutanásia passiva que já estavam consagrados constitucionalmente", afirma o autor.

Há ainda a Resolução nº 1.805 do Conselho Federal de Medicina, que permite que o médico limite ou suspenda procedimentos e tratamentos que prolonguem a vida do doente em fase terminal de enfermidade grave e incurável. "A norma faz referência aos dispositivos constitucionais que tratam da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III) e da proibição de submeter qualquer pessoa a tortura ou a tratamento desumano ou degradante (art. 5º, inciso III)."

No Brasil, a eutanásia pode ser comumente entendida como homicídio ou auxílio ao suicídio, punida pelos artigos 121, § 1º, e 122, do Código Penal. Entretanto, Roberto Dias afirma ser possível interpretar tais dispositivos legais conforme a Constituição, que coloca no mais alto patamar hierárquico a vida, a autonomia e a dignidade da pessoa. "Se a vida é um direito disponível pelo próprio titular, este pode livremente decidir, com base em sua concepção de dignidade, sobre continuidade ou interrupção de um tratamento, sem que isso implique a responsabilização do médico."



# BATALHA PELOS DIREITOS DOS OUTROS

Eloísa Machado é advogada na área de direitos humanos desde seu estágio na Febem, mas não se considera uma idealista

Por Camila Mamede
Foto Tiana Chinelli

Montaigne certa vez deu o seguinte conselho: em algum momento de sua vida, todas as pessoas deveriam alugar um quarto que tivesse uma janela com vista para um cemitério. Assim refletiriam sobre a efemeridade de estar vivo e veriam seus problemas sob uma nova perspectiva. Eloísa Machado não precisou alugar esse quarto para chegar à mesma conclusão proposta pelo escritor. Desde o quarto ano da graduação em Direito na PUC-SP ela lida com vítimas de tortura e execução sumária. Aos 20 anos estagiava em uma unidade da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) e hoje se dedica integralmente à organização não governamental Conectas Direitos Humanos. Durante o período de oito meses de seu estágio, ela presenciou a morte de dois adolescentes: "Foi horrível. Puseram fogo nos colchões e eles morreram queimados no quarto durante a noite".

"Podem achar que sou uma sonhadora e idealista por trabalhar com direitos humanos, mas de certo modo é o contrário. Por trabalhar tanto com isso, conheço muito bem meus limites." A experiência na área começou em 2000, quando Eloísa entrou para o Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Direito e Tratamento do Delinqüente (Ilanud). Antes estagiava no escritório Tolezano Advogados Associados, onde aprendeu a exercitar um pensamento estratégico para o Direito. "Tive uma excelente experiência, mas queria estar na linha de frente com outras questões. Fui trabalhar com o que realmente me encanta." Eloísa foi avisada sobre o edital de um projeto no Ilanud de procuradoria de assistência judiciária, um estágio para lidar diretamente com os adolescentes acusados da prática infracional. Prestou o concurso e foi alocada como estagiária da Procuradoria dentro da Febem, na unidade 19 do Tatuapé. Como não tinha certeza se agüentaria continuar no estágio, nos primeiros meses ela não contou à família onde estava trabalhando.

## a atuação do Artigo 1º

"O projeto no Ilanud se destinava a uma advocacia técnica no processo dos adolescentes. Visitávamos as unidades para conversar com eles, atuando como seus defensores." Eloísa atendia os adolescentes em entrevistas com sigilo para criar laços de confiança e levava as informações processuais para o procurador da assistência judiciária no Fórum de Piratininga. "Mas a maior parte do trabalho era de denúncia."

Quando saiu do estágio na Febem, passou a trabalhar na sede do Ilanud, coordenando durante dois anos o projeto de Advocacia Paradigmática em Direito da Criança e do Adolescente. O projeto-piloto do Ilanud foi elaborado a partir de pesquisas sobre vícios do sistema de justiça. Pretendendo ampliar o projeto do Ilanud, Eloísa se tornou em 2003 coordenadora do Programa de Advocacia Paradigmática em Direitos Humanos na Conectas Direitos Humanos. "Não era possível advogar contra as violações que víamos na Febem. Eu visitava meus clientes e via uma sessão inteira de tortura, adolescentes machucados, com braços quebrados, sem dentes."

Eloísa é um dos quatro advogados do Artigo 1º, um mini escritório da Conectas Direitos Humanos que trata apenas de direitos humanos. "Nós escolhemos atuar com tortura e execução sumária, mortes praticadas pela polícia. Processamos o Estado, propomos ações de reparação, ações internacionais, organizamos campanhas." O nome é uma referência ao artigo 1º da Declaração Universal de Direitos Humanos, segundo o qual todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. "Como somos apenas quatro, não podemos dar conta de todos os casos de violação que acontecem no Brasil. A partir do caso de um adolescente com problemas de depressão que se suicida, é possível questionar a falta de uma política pública para adolescentes que tenham esse tipo de transtorno ou necessidade de tratamento especializado".

Eloísa cita a atuação do Artigo 1º no caso das mortes dos ataques do PCC no ano passado. "O primeiro problema era: estão enterrando as pessoas com laudo elaborado ou não?" Articulando-se com outras organizações como a OAB, o Conselho Regional de Medicina e o Ministério Público Federal, realizaram uma fiscalização e acompanhamento na elaboração dos laudos. "Agora analisamos todos os dados em laudos e boletins de ocorrência. Queremos descobrir o quanto houve de atuação ilegal da polícia e até que ponto ela atuou com o uso excessivo da força ou não." Eloísa enfatiza que 492 pessoas morreram em apenas uma semana no Estado de São Paulo, número confirmado pelo CRM.

**"Não era possível advogar contra as violações que víamos na Febem. Eu visitava meus clientes e via uma sessão inteira de tortura, adolescentes machucados, com braços quebrados, sem dentes"**

A organização não governamental Conectas Direitos Humanos surgiu em 2001 a partir de um projeto que pretendia ligar as organizações do hemisfério sul. "Sempre houve muito trabalho em direitos humanos no Brasil, até pelas péssimas condições que temos aqui. Mas geralmente o trabalho final, campanhas e relatórios eram feitos por organizações estrangeiras", explica Eloísa. É o caso da Anistia Internacional e do Human Rights Watch.

### maioridade penal

A partir da experiência constante com adolescentes, Eloísa afirma que reduzir a maioridade penal é uma péssima solução. "Todas essas propostas de redução são colocadas para combater e responder ao aumento da criminalidade juvenil. Mas análises e estudos revelam que a taxa de criminalidade não está crescendo." Apesar de admitir que atos hediondos são cometidos por jovens, ela não acredita que isso seja pretexto para mudar a aplicação da lei: "São atos lamentáveis, a sociedade se compadece e se sente vitimada, mas essa não é a resposta. O problema não está apenas na criminalidade juvenil. Se as pessoas quisessem se vingar dos adolescentes, deveriam deixá-los na Febem. Não conheço lugar pior."

A pedido do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Eloísa começou a preparar um mandado de segurança para sustar a tramitação das propostas de emenda constitucional que visam a redução da maioridade penal. "A própria tramitação de um projeto como esse é inconstitucional. Segundo a Constituição, não se aceitará a tramitação de propostas que tenham como objetivo abolir garantias e direitos fundamentais."

Em sua dissertação de mestrado, defendida em 2006 na PUC-SP, Eloísa estudou o *amicus curiae*, um instrumento de participação da sociedade civil. Foi formalmente instituído apenas em 1999 nos processos de controle concentrado de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal. A lei que regula tais ações prevê a possibilidade de manifestação perante o tribunal de organizações da sociedade civil se é um caso de grande relevância ou comoção pública. Um exemplo recente foi o do Estatuto do Desarmamento, em que tanto o Instituto Sou da Paz quanto a Associação dos Fabricantes de Armas tiveram oportunidade de se manifestar e defender argumentos.

Eloísa é um exemplo do conselho de Montaigne: não enxerga dificuldades como problemas. No final do primeiro ano da graduação em Direito, ela decidiu estudar ao mesmo tempo Ciências Sociais na Universidade de São Paulo. Durante três anos cursou as duas faculdades e estagiou, dormindo apenas cinco horas por dia. "Eu pegava a última lotação, o motorista tinha que me esperar. Eu saía correndo, feliz da vida." À meia-noite e meia ela chegava em sua casa, na Mooca. Enquanto contava a rotina que muitos poderiam considerar esgotante, ela já havia mudado de assunto: "Eu chegava à Mooca, onde moro até hoje. Por baixo da camisa do São Paulo visto a do Juventus!"



# VIDA ACADÊMICA

Teses e dissertações que apontam novos caminhos

## Uma análise do orçamento impositivo

Para sua dissertação de mestrado, o advogado Luís Felipe Valerim Pinheiro buscou um tema que mesclasse direito administrativo e direito financeiro. Encontrou seu objeto de estudo na discussão sobre o orçamento impositivo. "Não me senti confortável ao perceber que os textos desse assunto eram antigos. Nas décadas de 60 e 70 a doutrina majoritária considerava as leis orçamentárias como atos legislativos meramente formais, sem qualquer impositividade para a administração pública." Assim Luís Felipe Pinheiro escreveu "Orçamento impositivo: fundamentos e limites jurídicos" pretendendo avaliar se as leis orçamentárias poderiam vincular a administração pública aos seus comandos, atuando como um instrumento de planejamento da atividade estatal, capaz de garantir que suas medidas fossem efetivadas. A partir de seu estudo, o autor concluiu: "Os receios em acolher a idéia de orçamento impositivo são infundados, pois a vinculação não significa rigidez ao seu conteúdo".

A dissertação foi orientada por Régis Fernandes de Oliveira e a defesa ocorreu em abril, no Departamento de Direito Econômico e Financeiro da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. A banca foi composta por Sebastião Botto de Barros Tojal e Carlos Ari Sundfeld, além do orientador. O professor Sebastião Tojal considerou inovadora a abordagem utilizada na dissertação: "É altamente relevante a discussão sobre o orçamento a partir do reconhecimento de seu caráter impositivo sobre o administrador, diminuindo sua discricionariedade". Tojal salienta ainda que o trabalho vem ocupar uma lacuna relevante, uma vez que o tema do orçamento possui escasso tratamento teórico.

Pinheiro explica seu foco: "As normas de direito financeiro são imprescindíveis para a compreensão das políticas que definem os gastos públicos e as prioridades a serem perseguidas para realizar as necessidades públicas do país". O autor se posiciona num debate que trata da relação entre direito e políticas públicas na definição das ações administrativas. Afirma que a solução é aplicar institutos de direito financeiro, ou seja, as leis orçamentárias previstas no artigo 165, I, II e III, da Constituição Federal de 1988. "São instrumentos jurídicos de suma importância para a previsão e aplicação de políticas públicas, definindo e quantificando inúmeras ações administrativas, metas e prioridades a serem realizadas durante a respectiva vigência", esclarece Pinheiro. Segundo ele, as leis orçamentárias constituem ainda um parâmetro de controle da gestão pública em relação ao planejamento traçado.

por meio das leis orçamentárias ocorre a seleção de ações administrativas pelo sistema político, representado pelos Poderes Executivo e Legislativo. Inseridas no sistema jurídico, essas opções fornecem parâmetros para o controle da discricionariedade do administrador. Segundo Pinheiro, é dever da administração pública realizar a programação contida nas leis orçamentárias, não podendo efetuar outra que julgue mais oportuna ou conveniente. "Além de apenas poder efetuar aquilo que está previsto direta ou indiretamente na Lei Orçamentária Anual (LOA), a administração está obrigada à execução de seu conteúdo nos limites definidos pela LOA". Segundo Pinheiro, as normas jurídicas conferem estabilidade às prioridades selecionadas por decisões políticas e as tornam obrigatórias ao Estado: "Se a definição do gasto público é uma decisão eminentemente política, o uso político dos recursos públicos é uma anomalia que deve ser rejeitada por meio dos instrumentos jurídicos próprios".

O caráter impositivo ou vinculante do orçamento não significa rigidez, segundo o autor: "Poderá ser alterado de forma pontual nos termos definidos pelo direito positivo. Essa concepção mantém a coerência das ações administrativas e a legitimidade democrática exigida pela Constituição Federal de 1988". Segundo ele, as leis orçamentárias podem conferir estabilidade e efetividade ao planejamento e às políticas públicas sem impedir a maleabilidade necessária à gestão administrativa. "É preciso mudar a concepção dominante de que a Lei Orçamentária é um ato burocrático que não tem que ser cumprido."

ENTREVISTA

RAQUEL ROLNIK

# PENSAR A CIDADE COMO LUGAR PARA TODOS

A urbanista que ajudou a criar o Ministério das Cidades afirma que não acabaremos com a violência se não superarmos o apartheid em nossas comunidades e diz que, além de funcionar, o espaço coletivo precisa ser belo

Por Carlos Costa
Fotos Tiana Chinelli

A trajetória da arquiteta e urbanista Raquel Rolnik de algum modo se confunde com as discussões e propostas que levaram à criação do Estatuto das Cidades, lei 10.257, aprovado em julho de 2001 pelo Congresso Nacional. Diretora de Planejamento da cidade de São Paulo de 1989 a 1992, gestão Luísa Erundina, Raquel foi até julho deste ano Secretária de Programas Urbanos no recém-criado Ministério das Cidades, que ajudou a implantar. Formada pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, doutora em história urbana pela Universidade de Nova York, ela é professora da PUC de Campinas e professora associada ao Programa de Pós-Graduação em Projetos Urbanos na Universidade de Buenos Aires e integrante do Lincoln Institute of Land Policy. Nesta entrevista a *Getulio*, concedida em sua casa encravada numa íngreme encosta do bairro de Vila Madalena, em São Paulo, Raquel falou com o mesmo entusiasmo com que apresentava em programas de rádio, como o *Cidades do Brasil*, as propostas que implantava no Ministério. A seguir, alguns dos melhores momentos.

**Brasília encanta com os espaços e edifícios. Agora, quem mora lá se queixa de que é uma cidade em que não se pode andar.**

**Raquel Rolnik** O maior problema de Brasília, infelizmente, não é esse. Brasília é hoje uma das claras personificações do *apartheid* que é o modelo de urbanização brasileiro: a idéia de um espaço de qualidade para poucos, enquanto as maiorias ficam de fora. Em Brasília isso é levado ao extremo. O Plano Piloto é um pedaço nobre da cidade e foi projetado inicialmente por Lucio Costa para ser a cidade inteira, não é?



**Incluindo mordomo e empregada morando no mesmo prédio.**

Na mesma quadra, não no mesmo prédio. Com isso ele até propôs uma tipologia residencial, com apartamentos menores, sem elevador, diretamente no piso, e apartamentos maiores, chegando até os de quatro dormitórios com quatro banheiros, possibilitando a convivência de uma diversidade social. Mas o que é Brasília hoje? É uma cidade de 2 milhões de habitantes onde 400 mil estão no Plano Piloto, e esvaziando. O resto, na verdade a maioria, vive nas cidades-satélites ou nas cidades do entorno do Distrito Federal, ainda mais precárias. É um modelo em que se tem uma espécie de "cordão sanitário" de verde em volta do Plano Piloto, separando uma cidade da outra. O transporte não funciona à noite, por exemplo. Quando as pessoas que moram nas cidades-satélite têm de sair às 8h, 9h da noite do Plano Piloto, não têm ônibus.

**É um modelo perverso recorrente no país.**

As cidades-satélite são negras e mulatas, e o Plano Piloto é branco; uma é de baixa renda, a outra é de alta renda. Então, há uma reprodução de indicadores que estão presentes em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte... Uma contraposição entre a periferia pobre e o centro mais qualificado, que concentra renda nas mãos de poucos. Em Brasília isso é extremo. Nenhuma cidade é tão separada, tão segregada como ela. Isso é uma vergonha. Mas a experiência de ter morado quatro anos lá mudou a minha visão da cidade. As pessoas que vêm de fora chamam Brasília de desumana. Mas, na verdade, tirado esse aspecto de alta segregação, viver no Plano Piloto é altamente gratificante. É um lugar onde, por exemplo, quem vive na Superquadra tem acesso, a pé, a todos os serviços básicos. É uma das únicas cidades do Brasil onde os espaços da classe média e alta não são totalmente murados. Os prédios da Superquadra, ao contrário dos prédios dos bairros de classe média de São Paulo, Rio, Salvador ou Belo Horizonte, não são gradeados, são abertos. E, no entanto, o problema da violência não é maior do que nos lugares murados. São elementos importantes da qualidade da cidade.

**Não existe projeto de uma única pessoa. Cidade é sempre produto coletivo, essa é sua natureza. Quem disser "eu fui autor de uma cidade" mente**

**A senhora publicou *Folha Explica São Paulo*. Como se explica a cidade de São Paulo?**

É o inexplicável. O senso comum diz que São Paulo não foi planejada, que é um caos porque não teve planejamento. Mas existe uma lógica por trás dessa aparente desordem. A tentativa no livro foi a de explicar qual é a lógica que construiu a "desordem" de São Paulo. Uma lógica feita de planos, de decisões e políticas públicas, e não da ausência delas. Uma política pública que ao longo da história fez determinadas opções. O livro recupera como cada uma dessas opções foi construída, quem estava por trás e qual foi o efeito a longo prazo. Um exemplo concreto é o trânsito, que aborrece 100% dos paulistanos. O caos no sistema de circulação e transporte é produto da relação entre duas políticas: uma de uso e ocupação do solo, que excluiu os pobres do acesso à terra urbanizada e bem localizada, e não deixou a eles outra opção senão se instalar em periferias distantes e sem infraestrutura; e a outra de circulação, que privilegiou o sistema viário sobre pneus, em detrimento do sistema sobre trilhos. Isso num momento fundamental da história da cidade.

**A opção pelas grandes avenidas?**

Foi exatamente nos anos 1930 que se optou claramente pelo Plano de Avenidas de Prestes Maia em detrimento de uma proposta apresentada pela Light *[The Tramway São Paulo Light Company]* de continuar com o monopólio do sistema de bondes e investir no metrô subterrâneo e articular isso ao sistema de trens existente. Essa proposta foi rejeitada, entre outras razões pela péssima fama que tinha a Light naquele período, por prestar um péssimo serviço de transporte.

**Historicamente, a visão é de que foi decisão da elite dona de carros.**

Na verdade, os anos 1920 são o momento de disseminação do automóvel com o sistema de produção fordista, que o torna possível objeto de consumo de massa. Isso ainda não era realidade no Brasil. Um grupo muito restrito usava o automóvel. Nos anos 1930, todos os grupos sociais andavam de bonde e usavam o transporte coletivo. Andar de bonde era elegante. Mas é claro que foi uma decisão da elite. Eu diria que muito em função dos interesses ligados ao processo de parcelamento de solo e abertura de novos loteamentos na cidade. Esse *[dá um estalo com os dedos]* é que é o negócio! O ônibus e o carro têm uma possibilidade de alcance muito disperso no território: vão penetrando na medida em que a rua vai se estendendo, viabilizando a ocupação dispersa. Já a ocupação do bonde e do metrô é concentrada. O que as pessoas conseguem ocupar é no máximo uma distância, a pé, da casa até a estação. Nos anos 1930 a cidade tinha 100 habitantes por hectare, que é mais ou menos uma quadra. Nos anos 1950 eram 30 habitantes. Ou seja, a população se espalhou para a periferia. Esse modelo viabilizou os loteamentos casas construídas por eles próprios nos fins de semana, em lotes comprados em locais distantes, sem infraestrutura, a custo baixo. Isso foi outro grande negócio para os parceladores, que venderam milhares de lotes para trabalhadores. Escrevi num artigo, já considerando um período posterior, o do milagre brasileiro, que esse foi o "santo do milagre", porque a autoconstrução da periferia permitiu um crescimento industrial enorme, além da migração, e pagando mão-de-obra baratíssima, pois o custo da moradia nunca entrou no cálculo de salário do trabalhador.

**Sua tese de doutorado foi sobre a cidade e a lei. Tomando como exemplo os casos de Bogotá, na Colômbia, com Enrique Peñalosa, e de Curitiba, com Jaime Lerner, prefeitos carismáticos que deixaram um legado, qual é o papel da lei na criação de modelos acima da iniciativa de uma pessoa em querer mudar a cidade?**

É importante lembrar que não teria acontecido a intervenção Jaime Lerner em Curitiba sem o plano diretor da cidade elaborado antes dele. Como também não teria acontecido a de Peñalosa em Bogotá sem o enorme esforço de planejamento feito antes na gestão do Antanas Mockus *[prefeito de Bogotá de 1995 a 1997 e de 2001 a 2003]*. Foi Antanas quem construiu a cultura do espaço público, quem investiu forte num planejamento orientado. Depois veio o Peñalosa e realizou outros investimentos na mesma direção. É modelar o processo de Bogotá, cidade que se transformou em algumas gestões, sob a liderança sucessiva de dois prefeitos, num contexto democrático e com participação da cidadania. Mas não existe projeto de uma única pessoa. Cidade é sempre produto coletivo, essa é sua natureza. Quem disser "eu fui autor de uma cidade" mente. Claro que temos um problema sério na nossa história, que é uma dissociação entre planejamento a longo prazo, com regras estáveis, e os investimentos em obras, que acabam seguindo lógicas nem sempre fiéis ao que foi planejado. Nos raros momentos em que esse encontro acontece, há projetos bem-sucedidos na cidade.



e explica a expansão periférica. O loteamento foi o grande negócio imobiliário para a burguesia.

**Empreendimentos como a City Lapa, por exemplo?**

Sim, os loteamentos da City *[City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited]*. Houve uma relação promíscua entre a direção da City e a própria concessão de serviços públicos. Esses loteamentos já eram abertos com todos os serviços disponíveis: água, esgoto, luz, pavimentação. Essas companhias de serviços públicos tinham sociedade nos loteamentos. Mas para os pobres o loteamento de periferia foi a alternativa de moradia, a favela. Historicamente os pobres vão morar em

**A senhora escreveu sobre o cinismo dominante na nossa política urbana: de um lado reitera nos planos uma regulação urbanística excludente e de outro negocia no dia-a-dia interesses pontuais e corporativos, com práticas clientelistas e de compra de votos.**

Essa é uma das hipóteses centrais do livro *A Cidade e a Lei*: o quanto nossas regras de uso e ocupação do solo foram feitas por poucos, para poucos, e dialogando com o modo de organização econômico-cultural das classes médias e altas; ignorando a maior parte da população da cidade, que tem outras práticas econômico-culturais em relação à própria organização do espaço. Portanto, historicamente a produção social do *habitat* popular, a parte produzida

pelo povo, por princípio já é ilegal e irregular. A lei é uma espécie de cartografia dos mercados de classe média e de alta renda. Não se relaciona com a produção popular. Dou um exemplo simples: quase não existe em cidades brasileiras um zoneamento que permita construir três, quatro casas para moradia no mesmo lote. A única forma de construir vários domicílios no mesmo lote na legislação é a verticalização, ou seja, prédios. Como é que a maior parte do povo mora? São duas, três casas no mesmo lote. Constrói uma, depois outra para o filho que casou, outra em cima para alugar...



**Um puxadinho...**

Exatamente, mas o puxadinho não existe na legislação. E o país é um monte de puxadinhos! A legislação não toma conhecimento da produção real. Aí vem a questão: como é que a produção real se relaciona com a gestão do governo municipal? Negociando na excepcionalidade. É como dizer, "Olha, é irregular, mas eu tolero porque sabe como é, não posso tirar... mas você fica me devendo um favorzinho, afinal de contas a coisa está errada..." Em vez de a lei se abrir para a totalidade da cidade e pôr todo mundo para dentro, ela mantém essa dicotomia: os de dentro e os de fora. E os de fora negociam, ponto a ponto, como é que podem entrar.

**A senhora foi Secretária Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades entre 2003 e 2007. Ou seja...**

Acabei de sair *[risos]*.

**Por que saiu e o que gostaria de ter feito e não conseguiu?**

Que pergunta difícil! Bom, fui para ajudar a construir o Ministério das Cidades, que não existia. Isso foi um ganho: a idéia de concentrar num lugar só, na Esplanada, toda a política urbana do país. Dentro do Ministério, assumi a Secretaria Nacional de Programas Urbanos, completamente nova, encarregada de disseminar a implementação do Estatuto da Cidade. Estive diretamente envolvida com a discussão que levou à aprovação do Estatuto. Participei ativamente do debate com urbanistas, advogados, juristas, movimentos sociais e populares, associações de favelas, setor imobiliário, indústria da construção, enfim, foi um momento de intenso debate. A maior parte das tarefas de implementação do Estatuto cabe ao município. O papel do governo federal, a nosso ver, quando organizamos o Ministério das Cidades, é apoiar, auxiliar, sensibilizar os municípios nesse esforço, até porque os municípios são de uma total fragilidade institucional, administrativa e financeira! O Estatuto amarrou a aplicação dos novos instrumentos à elaboração de um plano diretor, que é uma espécie de pacto territorial.

**Foi uma das coisas que a senhora implantou?**

É no plano diretor de cada município, com participação dos cidadãos, que todas as concepções do Estatuto têm de ser aplicadas. Trocando em miúdos, a Constituição diz: "Toda cidade e toda propriedade urbana têm que cumprir sua função social". É o plano diretor de cada cidade que dirá qual é a função social específica. A razão disso é importante: como o governo federal vai regular o que é a função social? Cada território tem de definir sua peculiaridade social, cultural, geográfica e histórica. É necessário que isso seja construído por todos. Não pode ser um processo só da Prefeitura e da Câmara Municipal. O Ministério das Cidades fez uma estratégia para lançar material de apoio, fomentou oficinas de trabalho e capacitação de atores locais para construir coletivamente, com o Conselho Nacional das Cidades, resoluções esclarecendo pontos em relação à aplicação do Estatuto. O resultado foi surpreendente: quase 90% dos municípios fizeram o plano.

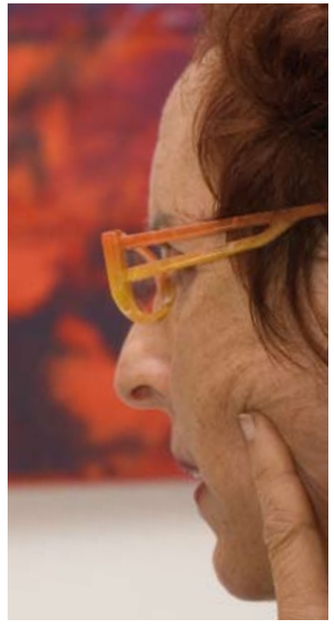
## O puxadinho não existe na legislação, é ilegal. E o país é um monte de puxadinhos! A legislação não toma conhecimento da produção real.





**E houve participação da população?**

Isso é um balanço que ainda temos de fazer. Mas os resultados virão. Diria que uns 30% desses planos foram feitos de fato com participação da população. Em cidades menores, de 50, 60 mil habitantes, tivemos experiências marcantes de processo participativo que hoje se transformam em investimentos concretos de transformação do espaço. Essa foi uma das principais ações que coordenei. Agora, por que saí do Ministério das Cidades? Porque... Hã... *[pausa]* Infelizmente é uma questão que está no campo da cultura política brasileira, *stricto sensu*, e da tradição político-partidária brasileira: um dos principais elementos de reprodução de mandatos parlamentares são investimentos urbanos por meio das emendas, e nem estou falando de desvio, de superfaturamento...



**Está falando do trabalho sério dos deputados em propor emendas e trazer recursos para a população que representam.**

Claro que pode ser sério. Entretanto, a lógica da distribuição de recursos, nesse momento, não se integra com a lógica de construção dos espaços públicos. É como se convivessem duas lógicas paralelas. Essa coisa de construir pontes para ganhar votos.

**A própria Brasília tem a ponte JK que deve ter custado fortunas na administração Joaquim Roriz. É uma coisa personalista para deixar uma marca.**

Acho a ponte JK belíssima. E a cidade tem que ter símbolos e marcos. Não basta só funcionar, tem que ser linda. A população tem que se orgulhar. A ponte foi uma obra que a população abraçou e virou símbolo de Brasília. Não sou contra monumentos. Mas acho que, se investimos num processo público e coletivo de definição dos destinos da cidade, é importante que esse processo, no qual os políticos evidentemente participaram, seja implementado. A missão do Ministério das Cidades, no meu entender, é trabalhar pela construção de outra cultura urbana, de valorização do espaço público, do pedestre, de uma cidade para todos, mais coesa e menos segregada. Não é missão do Ministério das Cidades ficar distribuindo verbas de acordo com a filiação partidária.

**Vamos falar sobre o papel do arquiteto na construção desses marcos. O arquiteto não se prestou a projetar condomínios fechados, numa cidade projetada para ricos?**

Sim, a arquitetura fragmentada e excludente... E as escolas de arquitetura embarcaram nessa viagem. Teve uma onda perversa nos anos 1990. A cidade sumiu das escolas de arquitetura. Não havia mais reflexão sobre a cidade, só sobre edifícios e projetos. Abandonamos a idéia de universalidade, da cidade como espaço coletivo para todos, em nome de projetos urbanos isolados. Mas hoje a cidade está voltando para a escola de arquitetura. A existência do Ministério das Cidades e a campanha do plano diretor participativo contribuíram para a volta dessa pauta às escolas. Sou professora numa faculdade de arquitetura, a PUC de Campinas, e assisto à volta do tema depois de ter ficado tremendamente desprestigiado. O Ministério das Cidades tem a missão de promover essa cultura, de fazer políticas urbanas, de liderar esse processo, porque é para isso que ele serve. Não pode ser só um mero distribuidor de recursos! Mas é a isso que ele está se reduzindo no momento. Foi por isso que eu saí.

## Vamos fazer um monte de Cidade Tiradentes, terríveis, lá no meio do nada, ou vamos preencher os vazios urbanos, ofertar com mistura social?

**A senhora foi Diretora de Planejamento da cidade de São Paulo de 1989 a 1992. Para alguns, foi o melhor período que a cidade teve do ponto de vista de políticas urbanas. O que senhora diz?**

Nossa, foi a minha verdadeira escola *[risos]*. Aprendi muito. Foi nesse cargo que, não só eu, mas um conjunto de urbanistas e técnicos levantamos pautas e questões para a cidade que foram intensamente discutidas pela primeira vez. Na época enfrentamos dificuldades e enorme oposição para levantar essas pautas.

**Concretamente, que medidas foram tomadas?**

A forma social da cidade e da propriedade, a idéia de uma cidade mais coesa, menos segregada, de repovoamento das áreas centrais para evitar o inchamento da periferia. A idéia de cidade para todos, e de todos, esteve presente no debate. São elementos que depois entraram no próprio Estatuto da Cidade. O interessante é que foi um movimento na gestão Luiza Erundina, mas outras cidades do Brasil também tinham equipes pensando nisso. Foi a primeira geração de prefeitos eleitos no campo democrático-popular com um compromisso forte com a idéia de inversão de prioridades, investimento na periferia, participação popular. Hoje essa pauta está disseminada e aceita. Foi até pasteurizada, diria *[risos]*.

**Até que ponto uma cidade pode contar com metas que independam do prefeito?**

O modelo teórico do Estatuto da Cidade é que o plano diretor seja consensado pela população e atravesse o tempo, e, portanto, gestões de diferentes partidos. Qual é o problema político de aplicação do plano diretor? Não acho que é só do prefeito e da câmara. O problema é dos cidadãos também. Nós ainda não temos uma cultura cidadã construída entre nós, apesar de o país ter evoluído nesse sentido. O setor de planejamento, de regulação de uso e ocupação do solo na nossa cidade é totalmente submetido ao capital. Vou fazer uma analogia com essa história das companhias aéreas e a ANAC *[Agência Nacional de Aviação Civil]*. Baixou a consciência no Brasil hoje de que a ANAC, em vez de regular, fazia o jogo das empresas aéreas. O que elas tentam fazer? Aumentar o número de conexões ao máximo. Elas são empresas e esse é o papel delas, buscar mais lucro e rentabilidade. Com o setor imobiliário acontece o mesmo: pressionam para lucrar. O Estado não pode jamais servir apenas aos interesses do setor privado. Não pode! Tem que regular, portanto, os demais interesses, dos cidadãos, dos pobres. O problema é que nosso Estado, do ponto de vista da regulação urbanística, está impressionantemente submetido ao capital imobiliário! E se vale disso para se auto-reproduzir nos mandatos, se reeleger.

**Não por acaso os grandes financiadores de campanhas são as construtoras, certo?**

Sem falar em todas as práticas de corrupção por superfaturamento, desvio de verbas. Mas pouco se fala de quanto vale uma mudança na lei de zoneamento ou uma alteração de perímetro urbano numa câmara municipal. Uma mudança na lei de uso e ocupação do solo, que ninguém conhece nem sabe para o que serve, vale bilhões! Toda a tentativa do Estatuto, de politização do planejamento, foi no sentido de trazer para o planejamento esse importantíssimo papel regulador do Estado.

**Fernando Henrique Cardoso, num perfil publicado na *Piauí* de agosto, diz que ministros do Planejamento deixaram de existir na América Latina. O mercado é que se encarrega de regular o que o Estado abdica de fazer.**

Isso é absolutamente trágico. Ainda mais no caso brasileiro, em que temos um território não pactuado, em litígio o tempo todo pela questão ambiental, urbanística. Diante de um território que não tem regras estáveis de como ocupar ou não o solo, prevalece a lei do mais forte. É uma lógica que tem a ver com a história da nossa colonização, de ocupar o território para extrair riquezas e ir embora. Durante um período em que dei aulas na Itália percebi isso. Um dia me mostraram um centro comunitário e social que existe em Veneza, e que está lá, funcionando no mesmo local, há 2 mil anos *[risos]*. Isso é um tecido social constituído, um território pactuado. Acredito que no Brasil a gente ainda vá passar por isso. Na hora em que ocuparmos todo o território, diminuirmos o crescimento demográfico, a migração, e tivermos uma estabilização da população no mesmo lugar 200, 400 anos, a população começará a ter finalmente laços com o lugar.

**Algumas construtoras, que se dedicam a lançamentos de alto luxo, com apartamentos de R$ 1,5 milhão, estariam se voltando para a construção de moradias para a população de baixa renda. É uma mudança de percepção?**

É a segunda vez na nossa história que vivemos abundância de crédito imobiliário, e a queda da taxa de juros ajuda. Temos, sobretudo, crédito subsidiado para a faixa de renda mais baixa, o que amplia o mercado habitacional para essas famílias. É um grande feito do governo atual. Outro fenômeno é que algumas construtoras se capitalizaram porque abriram seu capital, entraram em bolsa. Vivemos um momento de boa capitalização das construtoras com oferta de crédito ao consumidor. Nesse contexto, a possibilidade de produção ficou maior. Agora, atenção!, alerta!, perigo! A questão toda é onde esses prédios serão construídos. Vamos fazer um monte de Cidade Tiradentes, bem terríveis, lá no meio do nada, ou vamos preencher os vazios urbanos, ofertar com mistura social, fazer uma intervenção interessante?

**A violência não acabará se não eliminarmos o apartheid. Não dá para deixar os pobres vivendo em guetos e os ricos em fortalezas, morrendo de medo**



**Mas esse movimento de favelização vem de longe, dos anos 80, a década perdida.**

O caos das metrópoles não se deu nos anos 80, mas na década anterior, a da expansão econômica. É disso que as pessoas têm que ter consciência, porque hoje todos falam em empregos e crescimento. Já vimos esse filme: crescimento econômico de 14%, emprego bombando e as cidades se favelizando. Nos anos 1970 houve um crescimento econômico com concentração de renda enorme, excludente. No aspecto urbano, a marca é fatal. Se não tem divisão de renda, se não tem regulação forte do Estado em relação à cidade, a oferta de crédito imobiliário valoriza o terreno e deixa os pobres para fora de novo. Alguém tem de pensar no bem-estar, e portanto colocar limites ao mercado. Isso é básico, até Adam Smith concordaria comigo. Temos que pensar numa política de incentivo para a revalorização de áreas centrais. E não só do centro. Em São Paulo, por exemplo, toda a franja da primeira indústria, ao longo da Santos–Jundiaí, Mooca, Ipiranga, são de fábricas vazias que podem virar novas moradias e espaços públicos para diversos grupos de renda.

**Olhando para trás, a senhora está feliz com o que fez ou acha que poderia ter feito diferente?**

Tenho sentimentos contraditórios em relação às pautas e às agendas que trabalhei ao longo desses anos. Por um lado, avançamos, principalmente quando se vê essa discussão disseminada no Brasil, junto com a idéia de que hoje a relação entre os governos e as periferias é de mais respeito. Por outro, é frustrante ver esses avanços caminhando tão devagar, e a reforma urbana ser pouco importante na agenda política nacional. O que se vê como agenda é educação, saúde, segurança, a questão urbana parece não ter importância. E é tão óbvio hoje, por exemplo, construir um trem de alta velocidade para o Rio de Janeiro e outro para Campinas. Quem acha que não? Agora, há quantos anos os urbanistas falam disso, criticando o modelo rodoviarista, que deu errado? Puxa, precisou cair um avião e morrer um monte de gente para virar consenso? É sempre a lógica perversa do "importante é gerar emprego, importante é gerar emprego". Qual é o modelo de cidade que estamos produzindo com isso? Dou aula em Campinas desde 1985. Gente, o que aconteceu com aquela cidade? Era ma-ra-vi-lho-sa, com qualidade, espaços públicos de primeira. E o que virou?! Favelizou, precarizou, ficou completamente degradada!

**O antídoto para isso?**

O que a gente não tem no Brasil, e que se Deus quiser vamos formar agora, são urbanistas que consigam pensar e desenhar a cidade para chegar a artefatos belos, que se encaixem plenamente na concepção do espaço coletivo. Não dá para superar a violência se não superarmos essa dicotomia! Como desmontar isso e integrar de novo? Essa é uma questão urbanística. A cidade tem o poder de fazer isso. Como é que uma cidade muda o *ethos* dela? São Paulo, por exemplo, está preparada. Basta ver a reação quanto à lei Cidade Limpa! A população aderiu plenamente à idéia. O setor empresarial bateu pesado, e não levou. A cidadania adorou! A cidade ficou limpa e mais leve para todos. O setor empresarial vai ganhar menos dinheiro, e ponto.

# QUANTAS CABEÇAS DEVEM PENSAR A CIDADE?

Os professores Nestor Goulart Reis e Joaquim Guedes, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, refletem sobre quem deve planejar o espaço Urbano

Quem deve ser responsável pelo planejamento urbano de uma cidade? Devemos confiar em um prefeito e sua coleção de assessores e especialistas ou é obrigatória a consulta à comunidade? Para debater essas questões, convidamos dois experientes professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo: Nestor Goulart Reis e Joaquim Guedes.

Apesar de compartilharem décadas formando jovens arquitetos na mesma instituição, a diferença de opinião entre Goulart e Guedes é explicitada quando se pergunta a eles sobre Curitiba. "O único município bem administrado em termos urbanísticos no Brasil é Curitiba. Todos os outros são precários. Lá se criou nos anos 60 um centro de pesquisas de padrão universitário para desenhar as políticas públicas para a cidade", afirma Nestor Goulart.

Joaquim Guedes, por sua vez, desdenha tanto do padrão curitibano de urbanismo quanto do celebrado projeto para a capital do país, oferecendo uma explicação *sui generis* para a incompetência de alguns ministérios: "Brasília é um desastre ecológico. Ninguém consegue trabalhar nos prédios do plano piloto porque são voltados para o pior sol, de manhã e de tarde. O sol no céu de Brasília começa às 5 da manhã o ano inteiro e continua até o meio-dia em um lado do prédio. Do outro, bate do meio-dia até as 8 da noite!" Tristes trópicos.

Goulart enfatiza a necessidade de convergir diversas opiniões de especialistas de áreas como arquitetura e sociologia para obter, em uma síntese, o melhor resultado. Guedes põe em xeque a capacidade de técnicos e legisladores implementarem a cidade "ideal", exigindo que as massas sejam convocadas para opinar. Leia, a seguir, outros argumentos sobre como mais bem planejar o Brasil urbano.







Camila Mamede

**"É preciso discutir as vantagens e os defeitos de uma série de alternativas de planejamento, e não avaliar uma única idéia"**

Nestor Goulart Reis

O planejamento urbano interessa a todos hoje, pois temos um país quase 100% urbano. Vivemos em seis décadas, de 1945 até agora, o caminho que os países europeus e os Estados Unidos percorreram em 200 anos. A população brasileira se metropolizou intensamente em um processo quatro vezes mais rápido.

Até 1964, na primeira metade dessa expansão, o planejamento urbano no Brasil era restrito a arquitetos e urbanistas. Com a mudança da política federal, o planejamento começou a ser definido por grandes empresas. Os planos do Banco Nacional da Habitação faziam um levantamento geral dos serviços de educação, saúde, saneamento e do transporte público. O único produto resultante era um plano viário para a cidade, porque o responsável era um engenheiro civil que confundia engenharia de transportes com planejamento urbano. Depois houve uma abertura para os aspectos sociais: sociólogos, antropólogos e até filósofos falam sobre urbanismo com certa desenvoltura. Mas essa lábia costuma ser inversamente proporcional à capacidade de pensar os problemas das cidades. Quando muitos profissionais levantam dados sobre todos os assuntos, são incapazes de propor algo coerente.

O planejamento urbano não é uma técnica específica. É uma atividade de síntese. Profissionais treinados para lidar com conhecimento segmentado – por exemplo, engenharia de transportes – carecem de visão abrangente para realizar um processo que integra várias atividades. Engenheiros que trabalham com projetos, como fazia Figueiredo Ferraz, têm treinamento mais adequado para pensar o problema em conjunto. O arquiteto sabe o que um projeto requer, mas precisa de formação em ciências sociais para considerar outras variáveis. Os arquitetos mais competentes no Brasil e no mundo que trabalham com planejamento urbano procuram simultaneamente uma educação sociológica.

Não existe projeto de planejamento urbano feito por uma pessoa só. É impossível trabalhar sozinho porque a síntese exige cooperação entre equipes técnicas extremamente numerosas que farão o diagnóstico, exibirão as alternativas e tomarão as decisões. Decisões políticas, é claro.

São Paulo tem um histórico de bons prefeitos, alguns dos quais se outorgaram a tarefa de tentar planejar a cidade. Nos anos 1930, Fábio Prado construiu o Estádio do Pacaembu, a Biblioteca Municipal e o Viaduto do Chá. Foi deposto pela ditadura Vargas e entrou Prestes Maia, a quem se atribui o prestígio de ter feito essas obras. Mas ele participou apenas como funcionário da Prefeitura, não assumiu a responsabilidade política. É um equívoco histórico estabelecido pelo silêncio da ditadura sobre essas questões. Prestes Maia assumiu a Prefeitura em 1938 e montou, com atraso, um esquema radioconcêntrico para São Paulo. Nesse sistema, todas as avenidas levam ao centro, de forma que não se pode deixar de passar pelo centro para ir a outros lugares.

Como resultado disso, o centro congestionou em 1960. São Paulo "travou", não se conseguia mais andar no centro da cidade. Tiraram os bondes e puseram ônibus: o Parque Dom Pedro se transformou, até a administração do Olavo Setúbal, outro prefeito muito bom, no maior terminal de ônibus do mundo. Em alguns lugares os ônibus foram úteis, em outros uma tragédia. Até que começaram as obras do pequeno anel rodoviário constituído pelas margi-

nais. A cidade só não parou de vez porque as marginais se tornaram o caminho principal para os carros.

Hoje sabemos que uma cidade com 1 milhão de habitantes deve deixar de ser radioconcêntrica e ter o sistema de malha em que se pode acessar qualquer bairro a partir de todos os outros. Assim é o metrô de Paris. Mas a influência de Prestes Maia era tão grande que o metrô ainda foi feito em sistema radioconcêntrico. Apenas agora começa a ter linhas paralelas integrando as outras. Uma cidade de tantos milhões de habitantes tem que ser como um grande xadrez em que o cidadão escolhe em qual das vias descerá para pegar outra direção.

As escolhas urbanas possíveis são incontáveis. O prefeito precisa de algumas metas gerais sobre a forma de organização da cidade. Isso se faz discutindo alternativas. O fundamental é que a população entenda quais são as diferentes possibilidades. Cada alternativa tem aspectos positivos e negativos: os cidadãos precisam aceitar que não há solução perfeita e cabe aos legisladores uma parte desse papel didático.

Mas a discussão sobre o Plano Diretor em São Paulo em 2001 desembocou em uma votação absolutamente simbólica pelos vereadores. Estou cansado de ver Brasil afora consultas "populares" sobre uma alternativa única. Isso não é discussão democrática. Na real democracia, mostramos duas ou mais alternativas e suas vantagens e desvantagens – especialmente as desvantagens – e discutimos. Não se trata de votação em massa em estádio de futebol, mas de explicitar alternativas que necessitam ser avaliadas em todas as suas conseqüências.

Os vereadores se reúnem umas tantas horas por semana e têm que receber tudo mastigado para que as mudanças urbanas sejam feitas. É como em uma faculdade: os assuntos discutidos em uma congregação já foram objetos de conversas anteriores. As decisões políticas não são elaboradas nos colegiados, pois são órgãos de decisão política. No caso do planejamento urbano, não há grande estrutura que articule as sugestões dos especialistas e as demandas sociais, mediadas pelos representantes políticos. Como poderíamos organizar essa nova realidade? Consultando 30 milhões de pessoas de casa em casa e verificando o que elas pensam para decidir? É obviamente impossível.



Sérgio Praça

**"São as massas que fazem, dia após dia, a cidade real, não um grupo de especialistas"**

Joaquim Guedes

É possível criar cidades novas onde não há gente. Brasília é nosso maior exemplo. Quando se tem de ocupar um território por uma necessidade de desenvolvimento qualquer, há um momento inicial no qual a avaliação do campo é necessária. A partir daí, o projeto é uma hipótese de trabalho que deve ser confrontada passo a passo com as condições reais de implantação e com a opinião das pessoas. Elas também farão bobagem, mas certamente errarão menos do que se alguém fizesse o projeto sozinho.

O projeto inicial de Brasília é um grande fracasso porque a cidade real é outra. Como se aquela pequena maquete com fermento tivesse qualquer relevância em termos de desenho urbano, de representação do Brasil... Ora, onde estão as pessoas?

Em *A Rebelião das Massas*, Ortega y Gasset afirma que o mundo mudou, pertence às massas. As massas participam dessa construção da cidade real todos os dias, são a vida do processo urbano. Não sei que cidade devem aceitar de mim ou de quem quer que seja, mas algum conhecimento que temos pode ajudá-los a participar e colaborar nesse processo. O principal problema é ligar a visão global, do especialista, com a vida local, cotidiana.

A possibilidade prática de raciocinar com as massas nesse momento é nula. São acertos que se fazem sem conversa, pelo poder do sistema político. Há uma horda exigindo participação direta nas decisões sobre políticas públicas e os representantes enfrentam grandes dificuldades para mediar esse processo. O "planejamento participativo" não ocorre de fato se um grupo muito restrito de técnicos e políticos elabora um plano para depois discuti-lo em assembléias com centenas de pessoas. Os expositores falam duas horas e alguém em geral mais descontraído faz alguma pergunta que não tem sentido e não tem resposta.

Raquel Rolnik, uma ex-aluna minha, fez uma apresentação pomposa no Teatro Municipal na época do governo da Luiza Erundina. Utilizou todas as tecnologias de projeção e microfones que se pode imaginar. Ela dizia que seria melhor se os cidadãos da periferia se mudassem para o centro esvaziado. Mas se a população saiu e foi para longe é porque era mais barato e lá havia esperanças de conseguir certas vantagens. Não querem ficar no centro, que é caro e não tem garagem, telefone, esgoto, água, elevador, canos nos prédios. Quando fizeram uma pergunta ou outra para a expositora, as indagações eram respondidas com mais gráficos. Esse é um processo falso de participação, pois impõe conclusões prontas.

O planejamento para a transformação jamais é impeditivo. Não é um conhecimento de quem "sabe mais", mas capaz de identificar os problemas e apresentar um quadro de reflexão à sociedade nas diversas instâncias para ajudá-la a ver criticamente o que ela quer. Não há cidade sem envolvimento do poder local e temos que montar as estruturas capazes de realizar essa consulta, essa reflexão.

O Legislativo não é um lugar para elaborar plano nenhum. É uma instância de negociação. O vereador vota e recebe vantagens que poucos sabem quais são. É um poder suspeito. Uma alternativa possível é descentralizar ainda mais o poder político, com as pessoas sendo ouvidas sem preconceito pelos dirigentes locais. Eles não devem dizer "pode" ou "não pode": têm obrigação de fornecer informações relativas àquela situação e organizá-las. Morei ao lado de um prédio que foi barganhado na Prefeitura democrática de Luiza Erundina sem ninguém me consultar! Quem aufere os benefícios daquele empreendimento impõe aos vizinhos o ônus que eles não queriam sem retribuição. Seria importante que daquele negócio surgissem verbas necessárias para realizar outras melhorias urbanísticas. Então é necessário que o poder público ajude os cidadãos afetados a avaliar os custos daquela operação para saber se os lucros valem a pena.

Todos os que estão dentro de um raio de ação daquele projeto, daquele desejo, devem ser trazidos para a mesa de discussões. Assim se faz um cansativo e lento exercício democrático de decisão local.

Isso seria lento demais, considerando o tamanho de São Paulo? Talvez, mas não tem jeito. Para aprovar em Londres qualquer projeto de arquitetura que revolucione a situação de um certo lugar pode levar cinco anos para ser aprovado. E o autor do projeto é obrigado a fazer um quiosque no lugar do projeto e deixar lá a maquete para que as pessoas observem e opinem.

A demora também é criada, de modo negativo, pela burocracia, que inventa dificuldades para vender facilidades. Hoje em São Paulo qualquer projetinho de arquitetura demora barbaridades. Só é mais rápido se você encontrar um canal e alguém de dentro lhe disser como se faz. Prefiro que leve tempo de um outro jeito, iluminado, em que os sentimentos e as razões sejam colocados na mesa uns com os outros, que as pessoas aprendem a conversar e a verificar em que medida aquilo prejudica mais, ajuda mais, leva para a frente, é melhor ou é pior. O processo democrático é lento, mas uma cidade se faz para muitos anos e não para amanhã.

**Em Londres, o autor do projeto é obrigado a fazer um quiosque no lugar da construção e deixar ali a maquete para que as pessoas observem e opinem**



# ARQUITETURA, ECONOMIA E COOPERAÇÃO

A união por meio do sistema cooperativo estimula o empreendedorismo e surge para os arquitetos como nova possibilidade de implementar projetos inovadores

Por Roberto Simon

O cooperativismo não é novo. Esta aí há pelo menos 150 anos. Antes ainda já funcionavam na Alemanha as Caixas Rurais "Raiffeisen" (1818/1888) e os Bancos Populares "Schulze-Delitzch" (1808/1883). A Inglaterra tornou-se o berço do cooperativismo de consumo, a França o do cooperativismo de produção, mas foi na Alemanha que o cooperativismo de crédito ganhou dimensão, e ali uma em cada quatro pessoas é cooperada.

O objetivo do crédito cooperativo é prover capital para fazer frente às necessidades de desenvolvimento da atividade laboral durante todo o período de seu ciclo produtivo com recursos mais ágeis e menores taxas disponíveis, livrando o associado da usura financeira. O ideal cooperativista é encontrado em todos os continentes e nos mais diversos setores da economia. Além de ser reconhecido e aceito, em todos os países do mundo, como a fórmula mais adequada para atender às necessidades e aos interesses específicos das pessoas.

## um exemplo que vem da Espanha

O sistema cooperativo de crédito no Brasil ainda é muito pequeno, especialmente se comparado com o setor bancário, que conta com 162 instituições financeiras espalhadas por todas as regiões. Entretanto, essa forma de provisão de capital vem crescendo e ocupando espaço, a exemplo do que ocorre em países da comunidade européia, tradicionalmente cooperativistas. Os números são alentadores: são mais de 1400 cooperativas, 32 centrais, 2,3 milhões de associados, com um patrimônio de R$ 3,3 bilhões e R$ 8 bilhões em operações de crédito. Apresentando mais de 550 milhões de reais de lucro, além de legislação e controle próprios, o sistema agora, maduro e estruturado, amplia suas operações em todo o território nacional, deixando de ser predominantemente um fenômeno do sul do país (onde se concentra 50% do volume total).

Uma das cooperativas de profissionais liberais mais bem-sucedidas no Brasil é o sistema Unicred, que atua com predominância na área da saúde. Encontra-se distribuída em 24 Estados da federação, contando com 370

postos de atendimento, nove centrais, 3,315 milhões em ativo total, e um contingente de 2.500 funcionários. Dentre as 120 Unicreds singulares, a de Florianópolis encontra-se neste momento em primeiro lugar no país.

No caso dos arquitetos, o melhor exemplo de sistema cooperativo vem da Espanha. Distribuída por boa parte do território espanhol, a Arquia, Caja de Arquitectos, tem um desenho cooperativista similar ao nosso e foi constituída em março de 1983. Tem uma história, portanto, de 24 anos. E surgiu por iniciativa dos Colégios de Arquitetos e da "Hermandad y del Consejo Superior" dos arquitetos espanhóis. A cooperativa tornou-se um dos principais mecanismos de impulso da atividade profissional do arquiteto daquele país. Sem perder o foco nas necessidades financeiras das cooperativas associadas e em seus sócios, vem financiando operações com espantoso incremento nas condições econômicas e sociais de seus componentes. Especializada na problemática financeira dos arquitetos, a "Caja" (Caixa), como a chamam, oferece aos associados as melhores condições econômicas de aplicação, bem como nos empréstimos, tomando a dianteira das instituições financeiras privadas e bancos de fomento tradicionais.

**Entre 2002 e 2004, as firmas que mais cresceram foram as mais inovadoras. Essa elite de 1.500 empresas responde por mais de 25% do faturamento industrial brasileiro**

### proposta multiprofissional catarinense

Como exemplo ou contrapartida brasileira, vale analisar o "case" catarinense, uma história de cooperativismo que também merece atenção. Há cinco anos, em dezembro de 2002, foi criada em Santa Catarina a cooperativa de crédito mútuo CredCrea (Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais do Crea do Estado de Santa Catarina), por um grupo de 32 engenheiros e um arquiteto. Com base no sistema multiprofissional do CREA, reúne portanto profissionais da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia. A Cooperativa não tem fins lucrativos, sua gestão é democrática e as eventuais sobras de balanço anual retornam aos cooperados. Ela é administrada por um Conselho de Administração composto de 12 membros, nove efetivos e três suplentes, todos associados, eleitos em assembléia geral, sendo que dentre os nove efetivos serão eleitos os membros da diretoria executiva.

Em 2005, a CredCrea recebeu aprovação do Banco Central para ampliar sua área de atuação. O importante é que a iniciativa do grupo de 33 profissionais que participaram da sua criação frutificou e vem dando bons saltos desde sua criação.

Apenas para ter uma idéia de como a proposta deu certo, dos 33 profissionais fundadores da cooperativa e seus R$ 33 mil aportados naquela data a título de cotas-capital, chegou-se, em fevereiro de 2007, a R$ 2,8 milhões em depósitos a prazo, 450 operações atingindo R$ 1,65 milhões em empréstimos, R$ 300 mil em cheque especial, capital de R$ 650 mil, imobilizado de R$ 180 mil, ou seja, ativo circulante aproximado de R$ 4 milhões. Números que demonstram o bom estado de saúde da cooperativa e o acerto da iniciativa.

Com base em cenários como esses, a Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura (AsBEA) e o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) vêm fomentando o surgimento da Arqcred, uma entidade financeira de crédito mútuo para os arquitetos brasileiros, com o objetivo de atender as necessidades específicas de economia e de crédito. A Arqcred, após as tramitações legais, deverá entrar em operação provavelmente no final de 2008. E, a exemplo das cooperativas em que se inspira, desde o primeiro momento irá fomentar e realizar o crédito cooperativo, servindo não só às necessidades financeiras de seus associados e das cooperativas consorciadas através de sua central, mas, principalmente, ao financiamento de operações destinadas à melhoria da condição social dos arquitetos a ela ligados.

A equipe envolvida em sua montagem vem apostando na idéia de que, especializada na problemática financeira dos arquitetos e em suas demandas, a Arqcred poderá oferecer as melhores condições econômicas de retorno para quem aplica, bem como no custo mais baixo do dinheiro para quem toma. Vale lembrar que o cooperado ainda fica livre das taxas que as instituições financeiras privadas embutem em seus serviços e dos inúmeros compromissos que aplicam buscando ter como resultado um lucro aviltante. Seguramente, muitos projetos e obras desenvolvidas hoje pelos profissionais da arquitetura com muitos entraves financeiros serão viabilizados em melhores condições com a implantação da Arqcred.

### administração com os sócios

Dotada de personalidade jurídica própria e independente das demais organizações profissionais, seus estatutos e regimentos estarão baseados na legislação própria sobre cooperativas de crédito do Ministério do Trabalho, Ministério da Fazenda, assim como nas normativas de caráter técnico e financeiras do Banco Central do Brasil.

O principal órgão diretor de uma cooperativa é a Assembléia Geral de Acionistas, que se reúne uma vez por ano ordinariamente. Nessa reunião, cada cooperado tem direito a um voto, independente do volume de cotas-capital que possua. Essa assembléia elege o conselho de administração e dele é escolhido o presidente e demais diretores executivos. Da mesma forma é eleito o conselho fiscal.

Portanto, para um bom funcionamento da cooperativa, do ponto de vista do controle, ela deverá ser regulada por diversos meios. O primeiro deles é a normativa bancária específica das cooperativas de crédito e a supervisão de seu cumprimento pelo Banco Central do Brasil, por meio de auditorias sistemáticas. Além dessas, a realização de uma auditoria anual por meio de empresa externa contratada com esse propósito específico. Por fim, o controle e gestão são feitos pelos próprios sócios por meio de seu conselho de administração e fiscal.

**Não há receita única, mas um destino bem-sucedido passa seguramente pela capacidade do Direito em desenhar ambientes propícios a estratégias empresariais**

### Distribuição de lucros e apoio cultural

A distribuição dos saldos apurados ao final de cada exercício tem seu destino decidido pela Assembléia Geral. Normalmente o valor é integralizado em cotas-capital dirigidas a cada cooperado e na proporção de sua participação. É importante ressaltar que a distribuição desse saldo aos cooperados é uma decisão financeira importante, já que as evidências empíricas, no Brasil e no mundo, mostram que essa distribuição pode ser uma fonte de criação de valor.

Na Arquia, a citada cooperativa dos arquitetos da Espanha, a partir dessas "sobras" foram criadas soluções para outras demandas de seus acionistas. A transferência autorizada em assembléia de parciais dos valores apurados do lucro do exercício acabou por constituir e consolidar outras organizações formadas pelos cooperados optantes, como os casos da Arquigest (gestão de patrimônio e matérias financeiras), da Arquipensiones (gestão de fundos de pensão), Fundación Caja de Arquitetos (entidade cultural) e a Arquiseguros (promoção, mediação e assessoramento em operações de seguros).

A Cooperativa pode assim participar no desenvolvimento de atividades culturais em colaboração com outras entidades, em especial as iniciativas vinculadas ao mundo da arquitetura. A sociedade não entende, e muitas vezes não aceita mais, entidades corporativas que se esquecem da responsabilidade e conseqüente ação social.

Novamente, o exemplo vem da Espanha. A Arquia, Caja de Arquitectos, participa ativamente no desenvolvimento de atividades culturais, em colaboração com outras entidades vinculadas à arquitetura. Destacam-se, entre as mais recentes, o fato de a Arquia ser membro fundador da Fundación DoCoMoMo Ibérico, cujo objetivo é promover o estudo, a proteção e a difusão da arquitetura e do urbanismo do século XX e, em especial, do Movimento Moderno. DoCoMoMo é um acrônimo de Documentation and Conservation of Building, Sites and Neighbourhoods of the Modern Movement. E a seção ibérica compreende a Espanha e Portugal.

A Fundación Caja é também membro do comitê organizador da Bienal de Arquitetura Espanhola – junto com o Ministério da Habitação (Vivienda), o Conselho Superior dos Colégios de Arquitetos da Espanha, a Universidade Internacional Menéndez Pelayo, a Universidade de Alcalá, o Colégio Oficial de Arquitetos de Cantabria e a Empresa Municipal da Habitação da Prefeitura de Madri. Por meio de convênio de colaboração com o Ministério da Habitação, participa ainda na organização da exposição itinerante "Arquitecturas Ausentes del Siglo XX", que reúne 24 projetos de arquiteturas construídas, demolidas ou alteradas ao longo do século XX. A instituição ainda arranja fôlego para apoiar projetos de pesquisa e seminários como "El proyeto de prefabricación en el siglo XX", para ficar apenas num exemplo.

Ao aprofundar as reflexões sobre a matéria, dispensando momentaneamente os números e a terminologia própria, somente voltando nossos olhos para a Espanha, o que se verifica é a extraordinária contribuição à atividade profissional dos arquitetos daquele país. O desafio, então, será, com a brevidade que o caso requer, estruturarmos nossa Arqcred neste futuro próximo. Sem dúvida, há muitas lições a serem tiradas. E fica um convite aos advogados brasileiros: por que não pensar em criar suas cooperativas para contar com recursos para atividades e projetos inovadores?

*Roberto Simon é arquiteto e membro do Comitê de Finanças e Novas Estratégias da União Internacional de Arquitetos.*

# DIREITOS DIFUSOS ÀS MARGENS DO IPIRANGA

Moradores do Ipiranga, zona sul de São Paulo, moveram uma ação popular para impedir a construção de imóveis populares no bairro. E perderam para o governo

Por Camila Mamede

A Constituição Federal atribui direitos fundamentais a todos os indivíduos. Há os direitos civis, como a liberdade de ir e vir ou de se expressar; os direitos políticos, como a liberdade para votar ou organizar partidos, e os direitos sociais, como à educação ou à saúde. Há, entretanto, certos recursos sociais e naturais – por exemplo, o meio ambiente – que não são protegidos pelos tipos de direitos citados acima, mas dos quais muitas pessoas se aproveitam. Quando isso ocorre, há a tendência de explorar excessivamente esses recursos, levando a seu esgotamento. (É a "tragédia dos comuns", conceito popularizado por artigo acadêmico do ecologista Garrett Hardin em 1968.) Cabe, então, a algum organismo proteger esses direitos coletivos ou difusos. Todos querem aproveitar o meio ambiente, mas quem deve resguardá-lo da exploração excessiva?

Segundo alguns moradores do bairro do Ipiranga, em São Paulo, caberia ao Judiciário garantir os direitos difusos referentes à preservação da identidade dos bairros e ao patrimônio histórico e cultural. Os síndicos dos condomínios Espaço São Paulo, Espaço São Paulo II e Residencial Japão citaram os direitos difusos como argumento na ação popular que moveram contra a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU). A ação foi uma tentativa de impedir a construção de 382 unidades residenciais da CDHU em uma região do bairro próxima ao Parque da Independência, onde estão o Monumento da Independência e o Museu do Ipiranga, ambos tombados pelo patrimônio histórico.

Os autores da ação popular atribuem os direitos difusos sobre a preservação da identidade do bairro e do patrimônio histórico do Ipiranga ao Plano Diretor do município de São Paulo. Em 30 de novembro de 2006, a ação foi julgada improcedente por Luiz Sérgio Fernandes de Souza, juiz da 8ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. A sentença declara que o projeto da CDHU respeitou o Decreto Estadual nº. 13.426/79 e o Decreto-lei nº. 25-37, segundo o qual o entorno do patrimônio histórico – o Parque da Independência, no caso – deve ser preservado em um raio de 300 metros: "Essa distância, ao que consta da manifestação do Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico), cujo parecer é condição necessária para expedição de alvará de edificação, foi observada". De fato, o projeto foi aprovado pelo Condephaat, cuja finalidade é "proteger, valorizar e divulgar o patrimônio cultural no estado de São Paulo", segundo a secretaria da Cultura.

Os moradores consideram nobre a área em questão, afirmando que o metro quadrado na região custa R$ 800. Para eles, a obra teria um impacto negativo sobre o valor imobiliário nessa área do bairro. A CDHU alegou que o custo do metro quadrado nos imóveis de seu projeto seria de R$ 384. Maria Inês Carvalho, advogada da CDHU, considerou "preconceituoso o argumento de que construir esse empreendimento desvalorizaria o entorno". Em sua defesa, a CDHU alegou que "sua finalidade é executar programas habitacionais voltados ao atendimento da população de baixa renda, tanto quanto intervir no desenvolvimento urbano das cidades". Citando uma pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), a defesa afirmou que o projeto seria uma forma de "resolver a questão dos cortiços existentes no local e nas áreas centrais da cidade, com operações de renovação urbana".

### medida de justiça social?

A Fipe realizou uma pesquisa intitulada "Cortiços na Área Central da cidade de São Paulo", solicitada pela Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano em 1993. Os resultados foram publicados no Diário Oficial do Município e quatro anos depois os números foram atualizados, mas "as mudanças foram tão pequenas que estatisticamente não há diferença", afirma Silvia Maria Schor, coordenadora da pesquisa e professora no departamento de economia da FEA-USP. Ela afirma que à época havia 600 mil pessoas vivendo em cortiços em toda a cidade de São Paulo, concentradas principalmente na área central. "Dez anos depois dessa pesquisa, imagino que a população tenha diminuído, pois a cidade passou por modificações urbanas. Mas não posso ter certeza porque não realizei uma nova pesquisa."

A existência de cortiços, segundo a defesa da CDHU, indicava a necessidade de suprir um "déficit habitacional". Maria Inês é categórica: "A construção de imóveis populares é uma medida de justiça social. A CDHU tem como acionista a Fazenda do Estado, cuja finalidade principal é a construção de habitação para a população de baixa renda em municípios do Estado de São Paulo".

Outros moradores prepararam abaixo-assinado que pode ser acessado no www.petitiononline.com/CDHU1234/petition.html, pedindo a "reconsideração da decisão de construção de edifícios da CDHU em área nobre do Ipiranga." Datado do dia 19 de maio de 2005 e destinado ao então governador Geraldo Alckmin, conta com 94 assinaturas. Alguns adicionaram comentários, como Luís Cláudio Fernandes: "Nada contra a população menos favorecida, mas temos muitas outras áreas para construir essas moradias e não castigar o bairro com novas obras que venham denegrir o nosso bairro". O protesto foi em vão.



TODO BRASILEIRO
TEM DIREITO A DECOLAR NA VIDA.





Quando o assunto é cidadania, a Embraer voa alto. Cada investimento na área social é feito com a mesma responsabilidade empregada na fabricação dos seus aviões. Em 2001, a Embraer criou o Instituto Embraer de Educação e Pesquisa. Com foco na Educação e voltado para as comunidades onde está presente, o Instituto oferece oportunidade a jovens provenientes da rede pública, para que desenvolvam seus talentos e adquiram condições mais favoráveis ao exercício pleno da cidadania. Em fevereiro de 2002, foi inaugurado o Colégio Eng. Juarez Wanderley, que hoje possui 600 alunos do ensino médio, garantindo a eles, gratuitamente, ensino do mais alto nível, com jornadas diárias de nove horas. No ENEM de 2005, o colégio igualou-se aos melhores do país, e isto se reflete nos resultados obtidos pelos 95% de estudantes aprovados nos vestibulares de grandes instituições. A Embraer acredita que a educação é a melhor forma de contribuir para um futuro melhor.

EMBRAER

www.embraer.com.br



# FICO FELIZ AO VER RESULTADOS DE IDÉIAS LANÇADAS HÁ 40 ANOS!

Uma das estrelas do CEPED, programa de ensino do Direito implantado no Rio de Janeiro de 1967 a 1972, fala de seu trabalho focando o ensino jurídico com o desenvolvimento

Por David Trubek

*Entre a elite da advocacia brasileira, o nome CEPED circula como sinônimo de uma experiência inovadora de ensino do Direito, quase como uma lenda. CEPED é a sigla do Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito, programa por onde passaram, de 1967 a 1972, apenas 228 advogados. Nas décadas seguintes, eles brilhariam como dirigentes de algumas de nossas principais instituições públicas e privadas, donos de destacados escritórios de advocacia e consultorias. Prestigiados e procurados por grandes empresas e órgãos governamentais, vários dos ex-alunos do CEPED se tornaram também homens ricos.*

*O advogado e professor americano David Trubek, 71 anos, foi uma das estrelas do lendário CEPED. Em passagem pelo Brasil Trubek deu a* Getulio *este depoimento em que relembra um pouco do que foi esse programa que a Fundação Getulio Vargas implantou, com apoio da Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos e da Fundação Ford. Muito do que existe de mais avançado e bem-sucedido no Brasil de hoje começou a ser forjado por essa experiência inovadora de metodologia do ensino jurídico, com foco no estudo do Direito em suas implicações com a economia e os negócios.*

Vim ao Brasil para trabalhar por dois anos e meio como advogado na Embaixada americana, na década de 1960. Aqui conheci advogados insatisfeitos com o ensino do Direito e que acreditavam que ele poderia ser melhorado. Por isso criamos o CEPED, um programa interdisciplinar que exigia dos professores e dos alunos uma intensa preparação para as aulas. O primeiro professor de economia nesse programa foi Mário Henrique Simonsen – o que dá uma idéia da qualidade do ensino. Os alunos trabalhavam como advogados nos setores público ou privado, em empresas como Banco do Brasil, a Vale do Rio Doce, a Petrobras, entre outras.

Os professores tinham especializações variadas, todos relativamente conhecidos e, em sua maioria, já davam aulas em outras escolas. Tinham em comum o comprometimento com a idéia de melhorar a metodologia e a estrutura, e esse programa lhes permitia dedicar-se a isso. Além de brasileiros, contávamos com alguns professores americanos.

Alguns alunos receberam bolsas para ir depois estudar nos EUA e deveriam voltar para dar aulas no CEPED, mas o programa só durou sete ou oito anos. Foi bem-sucedido, mas ninguém sabia como transformar esse

modelo em uma escola de Direito. Era um curso lato sensu, como o que existe hoje na FGV, mas financiado pelos Estados Unidos e pela Fundação Ford.

Queríamos treinar alguns alunos para serem professores e estes foram selecionados para ir aos EUA, para um treinamento avançado. Muitos foram para lá, voltaram com o diploma americano, falando muito bem inglês, e na época ninguém no Brasil possuía uma formação desse calibre. Justamente por isso, foram rapidamente absorvidos pelo mercado – que pagava os profissionais muito melhor do que nós.

### opção que não era da vida real

A experiência não foi adiante porque esse modelo do CEPED era caro, e quando o dinheiro do financiamento americano acabou ninguém conseguiu dar continuidade. Joaquim Falcão, uma dessas pessoas, tentou, com o Jorge Hilário Gouvêa Vieira, levar o modelo do CEPED para a PUC do Rio, mas depois de três anos tiveram de parar. Por quê? Joaquim Falcão foi para Genebra e fez um doutorado em educação tentando explicar o que ocorreu de errado: ninguém queria a reforma, porque ela requeria professores trabalhando *full time*, as aulas eram fundamentadas, a idéia do curso era a de que é preciso preparar-se com esmero, não se trata de repetir conceitos, mas de analisar casos. O professor tem de estudar e pesquisar para dar aula.

Exigir tanta dedicação custa dinheiro. Por isso os professores acabaram não aderindo, pois eram advogados atuantes, com prestígio, e no curso ganhariam um salário que mal lhes pagava o almoço! Não estou brincando. Até porque ganhavam dez vezes mais na iniciativa privada. Os alunos também não aderiram, porque estagiavam durante o dia – e se não trabalhassem teriam de abrir mão do dinheiro do estágio e perderiam oportunidade dos contatos para o futuro.

Todos estavam insatisfeitos com o ensino, mas ninguém via solução que valesse o custo. Como era época de ditadura, o governo também não estava interessado em gastar com escolas de Direito.

Estive há pouco com Gabriel Lacerda, um dos primeiros professores do CEPED, neto do Carlos Lacerda. Ele foi para Harvard e voltou para dar aulas, mas quando o CEPED parou de pagar ele não conseguia sustentar a família: sete filhos e a mulher. Ele falou: "Tive que trabalhar como advogado corporativo". Agora se aposentou, voltou a dar aulas, na FGV-Rio, e me disse: "Nunca estive tão feliz!"

Assim como ele, muitos tinham vocação para a docência, mas essa escolha não era uma opção da vida real. Até hoje se fala do CEPED – há uma espécie de "lenda do CEPED", que não era assim tão magnífico. Falam porque os advogados que estudaram lá se deram muito bem, provaram que a formação tinha valor. Jorge Hilário Gouvêa Vieira esteve no *head* da CVM, da CVRD, teve três ou quatro empregos de destaque no setor público. Joaquim Falcão fez bela carreira acadêmica, foi Diretor de Pesquisas da Fundação Joaquim Nabuco.



### excesso de escolas de Direito

Terminada a experiência do CEPED voltei sempre ao Brasil. Na década de 1970, trabalhei na Fundação Ford, realizei uns trabalhos para a Embaixada americana. Volto a cada três ou quatro anos. A última vez foi logo depois de aberto o Direito GV. Tenho bons amigos no Brasil.

Nas décadas de 60 e 70 havia ditadura e o país enfrentava sérios problemas econômicos: inflação, enorme déficit estatal, escassos investimentos estrangeiros. A redemocratização a partir dos anos 80 foi bem-sucedida, o que considero um avanço. Pelo que sei, o sistema político brasileiro não é perfeito, mas de qual país é? A política, hoje, é tremendamente melhor do que era. A economia também cresceu, o Brasil desenvolveu várias indústrias competitivas mundialmente. Visitei a Embraer e fiquei realmente impressionado.

Muitas das idéias econômicas discutidas nos anos 60 começaram a dar frutos. Uma delas é a Bolsa de Valores: houve um esforço por parte do governo brasileiro, com apoio dos Estados Unidos, para construir um mercado genuíno de capitais, de maneira que o Brasil pudesse investir as economias da população em empresas produtivas, o que não existia nos anos 60. Sei que muitos dos avanços sociais de hoje se devem ao Bolsa-Família, mas também ao emprego crescente. A desigualdade de renda, contudo, permanece gritante.

Há, de todo modo, progressos substanciais. Alguma atenção é dada às questões sociais, mas não suficiente para, de fato, superar as iniqüidades. Ouvi dizer que nos últimos 30 anos o percentual de pessoas vivendo em favelas no Rio aumentou de 25% para 30%, em vez de diminuir! A violência chama a atenção, a criminalidade parece estar fora de controle. Se me perguntarem qual o principal desafio do Brasil, digo que o problema social é o mais evidente.

No campo do ensino do Direito, há pontos positivos e negativos. Eu não sei com exatidão, mas me parece que o Brasil tem mais de mil escolas de Direito. De qualquer forma, são muitas. Os Estados Unidos têm 200 e nossa população é o dobro da brasileira. Um maior número de faculdades não é necessariamente positivo – embora me falte uma boa base para generalizar, ao falar do ensino de leis no Brasil, tendo estado em apenas em três dessas escolas, as *top* do país.

**Os Estados Unidos, com o dobro da população brasileira, têm apenas 200 escolas de Direito. O Brasil tem mais de mil. Não é possível que todas sejam de boa qualidade**

Ainda assim, acredito que haver tantas faculdades é, na verdade, negativo. Não é possível que todos esses cursos sejam de boa qualidade. O experimento da FGV começou muito bem fundamentado, mas é um esforço minúsculo comparado com a quantidade de escolas. Embora ainda seja nova demais para julgar, a experiência da Direito GV é positiva, e poderá se tornar um modelo para outras instituições. Mas o quadro geral é decepcionante. Não se pode comparar o ensino do Direito com o de engenharia, que gerou a Embraer e a Petrobras.

### sem projeto de poder

Trabalho com um grupo que estuda inovações no Direito da União Européia. Publicamos alguns livros, boletins, estamos observando como a UE pretende alcançar certo grau de integração e, ao mesmo tempo, respeitar a independência dos 27 membros. O sistema legal da UE tenta se adequar e responder a essas questões. Minha área específica é o uso de ferramentas legais inovadoras para aumentar o nível de emprego.

As escolas européias de Direito são conservadoras, porque as universidades européias ainda não foram capazes de se transformar para lidar com os desafios que o mundo globalizado lhes impõe. Quase todas as universidades européias são públicas, por isso tendem a ser bastante burocráticas, não inovam muito.

Na Itália posso mencionar o European University Institute, que fica em Florença, mas não é italiano. É a escola da UE para atender alunos de todos os países membros. Trata-se de um centro muito bom, apenas para pós-graduação, é relativamente flexível e inovador, tem muito dinheiro – e o banheiro mais chique que já vi em uma universidade. Oferece cursos apenas em Direito, Ciências Sociais e Economia. E existe basicamente para pessoas que pretendem entender a UE e trabalhar nela ou com ela. Tem cerca de 500 alunos, apenas.

Fui advogado do governo americano por quatro anos, trabalhando em ajuda externa e aconselhando o Departamento de Estado. Continuei me dedicando a reformas do sistema legal, sobretudo na América Latina. Nunca fui advogado praticante nos Estados Unidos, mas fui muito ativo na criação de instituições em universidades. Na minha universidade, em Wisconsin, criei um centro de estudos legais e o New Institute of International Studies. Era um verdadeiro ativista nas universidades e um reformista, sobretudo na América Latina.

Minha atuação nunca esteve atrelada a um projeto de poder. Tenho 71 anos e trabalho meio período na Universidade de Wisconsin, onde continuo a lecionar e escrever. Acabei de passar duas semanas no Cairo, atuando na reforma da escola de Direito de lá. Ainda trabalho em universidades dentro e fora dos EUA. Afinal, tenho uma carreira longa administrando centros de formação universitária. Quanto ao trabalho realizado no Brasil, é uma combinação do fato de eu adorar este país e acreditar no que fizemos. É gratificante ver surtirem efeito ações que começamos há 40 anos. Eu não quero chamar isso de poder. É, sim, gratificante.

*(Depoimento transcrito de entrevista a Carlos Costa)*



Arquivo Pessoal

# OS LIVROS QUE FIZERAM **MINHA CABEÇA**

O professor da Escola de Direito GV e diretor da Conectas Direitos Humanos comenta as leituras que o formaram e a sensação de compartilhar um banco de ônibus com a bibliografia

Por Oscar Vilhena

Perdi o sono rememorando inúmeros livros, os respectivos cheiros, o momento da compra; relembrei professores que me apresentaram obras formidáveis, assim como livreiros e resenhas com sugestões inesperadas. Ao escrever este texto, passei a questionar todos ao meu redor sobre suas preferências literárias. Deleitei-me e alonguei o quanto pude essas conversas. Depois tive a infeliz idéia de reler as opiniões dos que haviam escrito nos números anteriores: Antonio Angarita, Carlos Guilherme Mota, José Murilo de Carvalho e Maria Hermínia Tavares de Almeida. Todos leitores profissionais desde a infância e eu um leitor tardio, para desespero de meus pais.

Assim confesso minha ignorância juvenil. Na escola me beneficiei de um generoso grupo de amigos que me narravam suas leituras para que eu pudesse enfrentar as provas. Minha única memória marcante dessa época é *Meu Pé de Laranja Lima*. Sofri como uma mula de olaria. Talvez isso tenha contribuído para uma resistência a qualquer livro nos anos seguintes. Além do que, criado na roça e numa cidade do interior, não via grande vantagem em ler as *Aventuras de Pedrinho* quando podia viver, com enorme liberdade, as minhas próprias.

Esse hedonismo lúdico foi interrompido quando me mudei para São Paulo, em 1983. Destituído de amigos e inserido no meio do semestre letivo em uma escola pouco acolhedora, em plena Avenida Paulista, passei a freqüentar diariamente as livrarias da cidade. Vi que a solidão não era tão amarga assim, mas uma oportunidade para que eu me reinventasse. Comprei uma estante e passei a viver do lado dela, tentando recuperar tudo que me havia escapado. Queria ler todos os brasileiros, por imposição de meu patriotismo atávico. Fui de Machado de Assis a Fernando Sabino, até uma amiga – que me pareceu àquele momento um verdadeiro Antônio Cândido – me dizer: desencana, literatura boa não tem pátria. Também tive nessa época pré-vestibular pretensões filosóficas. Lembro-me de ler *Ecce Homo* e *Para Além do Bem e do Mal*, de Nietzsche, compreendendo absolutamente nada. O que mais me marcou daquele tempo, todavia, foi *Viva o Povo Brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro, que narra uma outra história do Brasil, vista da perspectiva dos negros e mulatos de Itaparica. Sua descrição da pusilanimidade das elites brasileiras na Guerra do Paraguai é antológica. Na poesia foi inevitável ler tudo de Vinícius de Moraes, que tirou o Brasil das trevas na arte de amar, e especialmente Manuel Bandeira, que nos legou a nossa língua moderna, sem ranços e afetações.

Ingressando nos cursos de Direito e Ciências Sociais, vislumbrei-me entre o deserto manualesco dos juristas e a sedutora literatura das demais ciências humanas. Recebi, então, um conselho de minha amiga e professora Leda Pereira da Mota: "Leia os clássicos; com eles é que se aprende a pensar". A partir daí obtive um rumo. Na Escola de Sociologia e Política li Marx e Weber, com Gabriel Cohn; Ricardo, Adam Smith e Keynes, com Paulo Sandroni. O que mais me seduziu, no entanto, foram as desestabilizadoras leituras de antropologia e psicanálise, especialmente o *Ensaio sobre a Dádiva*, de Marcel Mauss, e *Totem e Tabu*, de Freud, que paradoxalmente me despertaram para o papel civilizatório do direito. Assim, reaproximado do direito, dediquei-me quase que exclusivamente à leitura dos clássicos de direito constitucional e da teoria do Estado: Santi Romano, Biscaretti di Ruffia, George Burdeau, Jellinek, Kelsen, Herman Heller, Karl Loewentein, Carl Friedrich, Franz Neumann, e sobretudo Ferdinand Lassale, à esquerda, e o perigoso Carl Schmitt, à direita. A radicalidade de sua teoria da política foi-me essencial para compreender a natureza dos regimes de exceção que ainda assolavam a América Latina. Minha compreensão sobre a importância da constituição, todavia, devo à leitura de dois brasileiros: Raymundo Faoro, com seu pequeno clássico *Assembléia Constituinte*, e José Horácio Meirelles Teixeira, um esquecido professor de Direito Constitucional da PUC-SP que deixou uma obra monumental apostilada, publicada apenas após a sua morte.

Sou fã dos clássicos latino-americanos da literatura: Mario Vargas Llosa e Gabriel García Márquez, obviamente, e Juan Ruffo e Álvaro Mutís. Coisa finíssima. A partir daí descobri que quase tudo era possível na literatura, para quem tem talento. Não posso deixar de mencionar da minha fase *los hermanos* a *Mafalda*, de Quino, mais importante do que Marx, Rousseau e Stuart Mill, juntos, em minha formação política, e Borges, a quem eventualmente retorno quando não tenho nada a dizer sobre alguma coisa. O livro, no entanto, que mais me marcou, no tempo de faculdade, foi *Diário de um Ladrão*, de Jean Genet. Cada miserável que encontro nas ruas de São Paulo, relembro-me das feridas, da sarna e dos piolhos descritos na sua poesia infernal: "Os piolhos eram o único sinal de nossa prosperidade... tornados tão úteis para o conhecimento da nossa decadência como as jóias para o conhecimento daquilo a que se dá o nome de triunfo, os piolhos eram preciosos".

## a importância dos Federalistas

No mestrado em ciência política na USP reencontrei os clássicos da teoria política, desta vez a sério. Ao mesmo tempo comecei a ensinar Teoria do Estado na Faculdade de Direito da PUC, submetendo meus alunos por mais de dez anos à mesma lista de livros que aprendi a ler com a professora Célia Quirino de Souza: O *Príncipe*, de Maquiavel, *Leviatã*, de Hobbes, O *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*, de Locke, O *Espírito das Leis*, de Montesquieu, O *Contrato Social*, de Rousseau, A *Democracia na América*, de Tocqueville, *Os Federalistas*, especialmente de Madison, *Os Direitos do Homem*, de Paine, *Reflexões sobre a Revolução na França*, de Burke, A *Questão Judaica e o Manifesto Comunista*, de Marx, *Ensaio sobre a Liberdade*, de Mill, e A *Política como Vocação* e algumas partes de *Economia e Sociedade*, de Weber.

Certamente o capítulo 51 dos *Federalistas*, escrito por Madison, foi o que mais influenciou a minha visão de aprendiz de constitucionalista sobre o papel das instituições: "A ambição será incentivada para enfrentar a ambição. Os interesses pessoais serão associados aos direitos constitucionais. Talvez seja um reflexo da natureza humana que tais expedientes tenham validade para o controle dos abusos do governo. Mas afinal o que é o próprio governo senão o maior de todos os reflexos da natureza humana? Se os homens fossem anjos, desnecessários seriam os governos..."

**A reflexão sobre o direito deveria ter um papel central na construção de um projeto de país e percebi que este tema era negligenciado pelas novas gerações de juristas.**

Foi também na ciência política, sob os cuidados do querido Eduardo Kugelmas, que tomei contato com os nossos clássicos, Joaquim Nabuco, Ruy Barbosa, Oliveira Vianna, Alberto Torres, Caio Prado Jr., Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, novamente Raymundo Faoro e Fernando Henrique Cardoso. O *Abolicionista*, *Instituições Políticas Brasileiras* e *Raízes do Brasil* tornaram-se, daí por diante, as minhas principais lentes para compreender uma história que não se deixa ir. Também foi aqui que me dei conta de que a reflexão sobre o direito deveria ter um papel central na construção de um projeto de país, e que este tema vinha sendo negligenciado pelas novas gerações de juristas.

## no ônibus com Marshall Berman

As leituras que mais me desestabilizaram durante o mestrado, no entanto, foram propostas por Paulo Sérgio Pinheiro, meu desorientador, como ele costumava dizer: Foucault, Poulantzas, Hobsbawm, E.P. Tompson, Ellias Canetti, Norbert Elias e os franceses no Brasil, Gérard Lebrun e Michel Debrun. A partir de então comecei a

olhar o poder e seu exercício de um outro viés. Também desse período vem meu fascínio pelo ensaio erudito, mas não aborrecidamente acadêmico. *Rumo à Estação Finlândia* foi uma das coisas mais elegantes que já li, assim como As *Razões do Iluminismo*, de Sergio Paulo Rouanet, ou os diversos escritos liberais de José Guilherme Merquior e *Tudo Que é Sólido Desmancha no Ar*, de Marshall Berman. Deste último guardo uma passagem deliciosa. Tendo tomado o ônibus para subir a Broadway até a Universidade de Columbia, sentou-se ao meu lado um cidadão muito gordo e desarrumado. Olhou para minha leitura – algo em português – e perguntou-me se eu era brasileiro. Disse que sim. Então se apresentou: "Marshall Berman. Sou uma celebridade no Brasil. Acho que porque falei mal de Brasília. Aqui ninguém me conhece e ando de ônibus". A conversa estava tão boa que deliberadamente perdi meu ponto e só desci no final da linha, depois do Harlem. Talvez ele estivesse certo. Sem calçadas, esquinas e cada um em seu carro, Brasília não dá espaço para encontros inesperados.

Na Universidade de Columbia fui submetido ao tratamento inóspito oferecido a todos os alunos de direito: casos e mais casos decididos pela Suprema Corte. Uma rara exceção foi o curso ministrado por Jeremy Waldron, que tinha o seguinte título: The Books. Depois dos clássicos da política esse foi o investimento intelectual mais frutífero que já fiz. *O Conceito de Direito*, de Herbert Hart, e seu contraponto, *A Moralidade do Direito*, de Lon Fuller. Sublimemente redigido, conjuga antropologia e sociologia do direito, sob clara influência de Mauss e Simmel, refinada abordagem analítica e, o que mais impressiona, busca descrever o direito a partir de sua moralidade interna, não no sentido dos velhos jusnaturalistas, mas baseada em relações de respeito recíproco.

Sobre o reencontro do direito com a moralidade que se estabelece no final do século passado, a partir da obra monumental de John Rawls, dois autores me parecem indispensáveis: Brian Barry e Thomas Nagel. Jamais li alguém que tratasse de temas tão complexos de forma tão direta e clara. Nesse mesmo momento tomei contato com Jon Elster, e seu *Ulisses e as Sereias*, texto central para minha tese de doutorado. Estou lendo deste autor seu novo livro, *Explicando o Comportamento Social*. Essencial para compreender a natureza das ciências sociais, além de divertidíssimo. O livro que mais me impressionou, no entanto, foi *Direito e a Mente Moderna*, de Jeromy Frank. *Enfant terrible* do realismo jurídico, Frank utiliza a psicanálise para subverter as bases de toda jurisprudência mecanicista. A partir dos realistas não estamos mais autorizados a pensar o direito de forma autista, dissociada de um determinado contexto social, político e econômico. Quando olho para o conjunto de pesquisas que vêm sendo realizadas por professores, pesquisadores e alunos na Direito GV, tendo a achar que estamos lançando um novo olhar realista sobre o direito brasileiro, sem, no entanto, perder de mira que o direito é, sobretudo, uma empreitada normativa.

Quando estou à sombra tenho lido muitas histórias contadas por viajantes, como Joseph Conrad, Grahan Greene, Bruce Chatwin ou o próprio Canetti, com seu surpreendente *Marraquesh*, além de romances policiais como os arquitetados pelo catalão Montalban, o londrino Ian McEwan, o carioca Garcia-Roza e, da Serra da Mantiqueira, o querido Miguel Reale Jr.




**A *Mafalda*, de Quino: importante em minha formação política. Confesso fascínio pelo ensaio erudito, mas não aborrecidamente acadêmico, como *Rumo à Estação Finlândia* e *Tudo Que é Sólido Desmancha no Ar*. E me divirto com as aventuras do delegado Espinosa, de Garcia-Roza.**


espaço cult — Invista em seu conhecimento

# CURSOS LIVRES, PALESTRAS, SEMINÁRIOS E OFICINAS

**Certificados com a chancela da Faculdade Cásper Líbero**

## REDAÇÃO E ESTILO

**dia 15 de setembro**

**Público-alvo: estudantes e profissionais que queiram aprimorar a redação.**

As regras da língua portuguesa a partir de exercícios estruturais. Crase, tempos verbais e pontuação. A origem da língua portuguesa. Técnicas para produzir um bom texto. Oficina de texto com os participantes. Leitura e análise.

Com: **Nancy dos Santos Casagrande** - doutora em língua portuguesa e professora da PUC-SP
**Humberto Werneck** - jornalista e escritor
**Geraldo Galvão Ferraz** - jornalista, tradutor e escritor

## JORNALISMO POLÍTICO

**24, 25 e 26 de setembro**

**Público-alvo: estudantes de comunicação ou profissionais que queiram ingressar na função.**

Como pensar a política brasileira na atualidade. O presente e o futuro do Brasil. Qual é a prática do jornalismo político. A pauta, as sucursais e os correspondentes. A edição diária. Fontes, repertório necessário. Furo jornalístico: empenho e talento.

Com: **Gustavo Ioschpe** - articulista da revista *Veja*
**Cláudio Joaquim Augusto** - editor de política do jornal *O Estado de S. Paulo*
**Renata Lo Prete** - editora da coluna Painel do jornal *Folha de S. Paulo*

## A ARTE DA ENTREVISTA

**dia 29 de setembro**

**Público-alvo: estudantes de comunicação e profissionais.**

Como fazer uma boa entrevista? A preparação, as técnicas , o conhecimento.

Com: **Thaís Oyama** - editora de Brasil da revista *Veja*

**Pacotes especiais para habitantes de outros estados e faculdades.**

**Mais informações: (11) 3385-3385**
**www.espacorevistacult.com.br**

**Uma realização revista CULT**

CULT
LEITURA PRIVILEGIADA, JORNALISMO CULTURAL INDEPENDENTE E CRÍTICO

**www.revistacult.com.br**



# COMO O JUDICIÁRIO BRASILEIRO INTERFERE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

De minorias muito bem organizadas – como partidos políticos e a OAB – a burocracias do governo federal, diversos atores políticos buscam usar os tribunais para atingir seus objetivos

Por Matthew M. Taylor
Foto Tiana Chinelli

O Judiciário brasileiro tem um papel extremamente relevante nas questões de governança e implementação de políticas públicas. Nos 15 primeiros anos após a redemocratização, em 1985, o Supremo Tribunal Federal invalidou parcial ou integralmente 200 leis federais. Para ter uma noção comparativa, a Suprema Corte Americana, em seus 200 anos de existência, invalidou 135 leis federais, parcial ou totalmente. Para quem questiona a pertinência de comparar o sistema de *common law* americano com o sistema de código civil brasileiro, podemos tomar o exemplo do México. Desde 1994, quando se ampliou a independência do Judiciário naquele país, a Suprema Corte Mexicana invalidou, parcial ou integralmente, 21 leis federais. Ou seja, o STF mostra-se especialmente ativo em relação aos tribunais superiores das outras grandes nações do continente.

O que permite essa forte influência no caso brasileiro? O principal motivo é a diferença entre a eficiência relativa dos tribunais superiores e a pouca eficiência dos tribunais inferiores. Além disso, a grande independência dos tribunais superiores permite que fiscalizem o Executivo federal, revertam certas políticas públicas aprovadas pelos outros dois poderes e assegurem que suas decisões sejam respeitadas. O lado negativo é que o acesso aos melhores instrumentos legais nos tribunais superiores é extremamente restrito, privilegiando assim atores estatais e representantes de grupos de interesse. Um cidadão comum precisa passar por diversas instâncias até obter uma decisão definitiva, e essa decisão não terá efeito vinculante que possa influenciar as políticas públicas em geral. Grupos organizados, entretanto, têm acesso privilegiado ao STF – por meio da figura da ação direta de inconstitucionalidade, a Adin – e usam esse beneficio com freqüência.

Para os cidadãos comuns, o caminho demora, em média, de oito a dez anos para chegar da primeira até a última instância. Nem todas as Adins no nível federal são ouvidas rapidamente, mas a média de duração da tramitação é de doze a dezesseis meses. Uma diferença notável, que certamente influencia a capacidade do indivíduo de garantir seus direitos e interferir no caminho das políticas públicas de seu país.

Nove atores políticos legitimados no artigo 102 da Constituição Federal têm a possibilidade de entrar diretamente no Supremo Tribunal Federal por meio do uso da Adin. Alguns fazem parte do Estado – governadores, a mesa da Câmara, o Procurador-Geral –, mas outros são menos relacionados com o cotidiano do governo – a Ordem dos Advogados do Brasil, as confederações sindicais e as entidades de classe, por exemplo.

Para os grupos com legitimidade ativa para apresentar Adins esse privilégio permite uma atuação política muito relevante. É uma forma de mostrar serviço que tem um custo quase zero para o ator político. Os partidos políticos que utilizaram esse instrumento quase sempre foram partidos de oposição. Entre 1995 e 2002, 59,4% das Adins impetradas por partidos políticos tiveram o PT ou o PC do B como um dos requerentes, e mais de 90% das Adins dos partidos foram impetradas por legendas que não estavam na coalizão governista. Da mesma maneira, 84% das Adins de partidos contra o governo Lula durante seus primeiros dois anos de mandato foram propostas por legendas que não pertenciam à coalizão governista. Então é um recurso principalmente da oposição, até porque há um forte monopólio da coalizão governista sobre o conteúdo das propostas apresentadas ao Congresso.

Diversos cientistas políticos enxergam um parlamento cartelizado, onde uma maioria dominada pelo Executivo consegue controlar a agenda substantiva e o *timing* das votações. Mas esse bloco domina somente dentro do Legislativo e do Executivo. O Judiciário cumpre uma importante função contra-majoritária. Isso ocorre de forma limitada, já que nem todas as minorias conseguem recorrer eficazmente contra as políticas públicas que os afetam. Mas não podemos negar que o Judiciário é um *locus* alternativo muito importante e poderoso para as minorias e as Adins são um dos instrumentos possíveis nessa luta.

Será que alguns atores são mais eficazes no uso de Adins do que outros? Considerando tanto o assunto da política pública contestada quanto outros fatores, os agentes que fazem parte do Estado brasileiro são os requerentes mais bem-sucedidos. As federações comerciais e industriais têm cerca de 58% das chances de um ator estatal, os partidos políticos 25% e os sindicatos 19%. Em outras palavras, mantendo constantes as outras variáveis, um sindicato provavelmente vencerá somente um processo de cada cinco que organizações estatais ganharam.

**O acesso aos melhores instrumentos legais nos tribunais superiores é extremamente restrito, privilegiando assim atores estatais e representantes de grupos de interesse**

Outro achado interessante de minha pesquisa é que os profissionais de Direito são muito eficazes no uso da Adin. Tendo os outros fatores constantes, se o requerente for uma organização representativa de alguma profissão com base legal – isto é, Ordem dos Advogados do Brasil, Associação dos Magistrados Brasileiros, entidades com legitimidade ativa para apresentar ação direta de inconstitucionalidade –, as chances de sucesso na Adin serão 160% maiores, não importa qual é o assunto debatido.

Os tribunais também são utilizados para definir o conteúdo das políticas públicas no nível federal. A medida provisória 2.027, editada em 2000, procurava achar um meio-termo entre o Movimento dos Sem Terra e os ruralistas, impondo limites às invasões dos primeiros, mas também restringido as indenizações para os donos de terra. Os dois principais grupos impactados por essa política foram os ruralistas e os Sem Terra. Mas a Ordem dos Advogados do Brasil entrou com Adin contra essa medida provisória. Por quê? Porque a MP incluía uma limitação dos honorários advocatícios que poderiam ser pagos aos advogados nesses casos de indenização. 150 mil reais seria a quantia máxima. Em outras palavras, um pequeno grupo impactado pela reforma foi motivado a entrar na Justiça para proteger seus interesses profissionais. A OAB ganhou e a reforma agrária foi diluída.

### o uso político dos tribunais

Se a OAB tem sucesso legal por meio das Adins, o mesmo não pode ser dito dos partidos políticos, que têm as menores chances de ganhar no STF. Por que, então, os partidos são tão ativos nos tribunais? A resposta é que os tribunais são uma única instância entre muitas instâncias possíveis. Para brigar contra determinada política pública, os partidos olham todas as instituições disponíveis e selecionam aquelas que são mais úteis e mais razoáveis para os seus fins táticos e estratégicos.

Tanto os tribunais inferiores quanto o STF ofereceram um mecanismo interessante para os partidos, especialmente durante o governo FHC, quando o monopólio da coalizão majoritária era mais forte e a dissonância entre os partidos era mais aguçado do que atualmente. Nos tribunais inferiores, os partidos de oposição conseguiram utilizar as cortes de forma a, primeiro, declarar sua oposição a certas políticas públicas implementadas pelo Executivo. A tática de espalhar processos pelos tribunais inferiores poucas vezes chegou a paralisar uma política pública permanentemente, mas o objetivo era outro: criar um acontecimento político que chamaria a atenção para a oposição à política proposta; distribuir uma quantidade de processos por todo o país, gerando assim incerteza sobre as possibilidades da efetiva implementação da política e pulverizar ao máximo os processos para aumentar as chances de encontrar um juiz que simpatizasse com a oposição.

Entrevistei advogados de partidos da oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso que disseram: "Procurávamos juízes que sabíamos simpáticos aos nossos propósitos finais. Às vezes a gente entrava com um pedido de liminar na sexta-feira à noite, porque fica um juiz plantonista de fim de semana que pode tomar uma decisão diferente da habitual".

A tentativa de usar o Judiciário para fins políticos ocorreu mais nos tribunais inferiores. A melhor opção era entrar com liminares no espectro mais amplo possível de tribunais, pois as Adins nem sempre funcionavam. As liminares eram uma boa estratégia porque o custo era baixíssimo. A liminar poderia ser suspensa no dia seguinte, mas só a conquista dela já seria uma vitória política.

O caso das privatizações é emblemático. Havia uma "indústria das liminares" durante o processo de privatizações. A oposição entrou em diversos tribunais, tentando obter uma liminar que poria em xeque o eventual sucesso da privatização. Não tiveram sucesso a longo prazo, mas retardaram algumas decisões. O leilão da Companhia Vale do Rio Doce foi várias vezes impedido por liminar: o leilão de privatização gerou mais de 150 processos nacionalmente, sendo que estes culminaram em 22 liminares que precisariam ser derrubados em diversos tribunais.

**Agentes estatais são os mais bem-sucedidos requerentes de Adins. Federações comerciais e industriais têm cerca de 58% das chances de um ator estatal e os partidos políticos 25%**

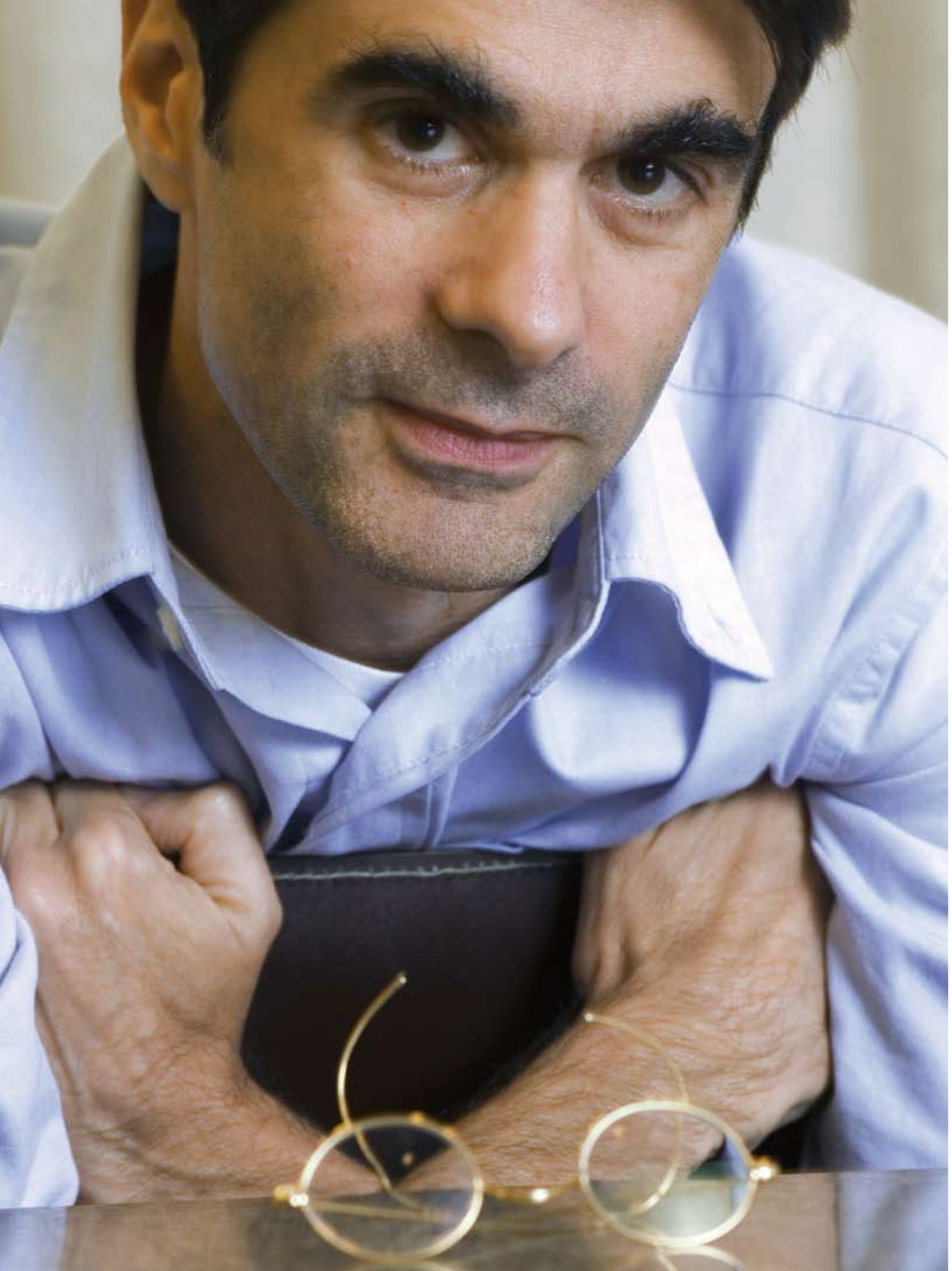
### o uso estatal dos tribunais

Não são apenas opositores que usam os tribunais a seu favor. O governo federal, incluindo autarquias e empresas estatais, é o maior usuário dos tribunais federais. É previsto na Constituição que instituições governamentais federais recorram aos tribunais federais quase que o tempo todo. O que é abusivo – embora tenha sido minimizado recentemente – é o dever funcional dos advogados do governo de entrar com recursos: mesmo sabendo que perderão, usam os tribunais de forma a postergar qualquer decisão definitiva.

Como ilustração disso, o governo federal perdeu no Supremo Tribunal Federal sete anos depois de ter decretado um aumento na taxa da contribuição do Pis/Cofins. Para o governo foi muito útil ter esse prazo de sete anos. As previsões mais pessimistas que surgiram na mídia diziam que a decisão judicial sobre o aumento no Pis/Cofins – a decisão é de novembro de 2005, sendo que o aumento data da crise russa de 1998 – pode ter custos de quase R$ 27 bilhões. Acho exagerado, porque esse valor seria quase 2% do PIB, ou mais de 10% da tributação federal total. O custo dessa decisão não é tão grande assim, mas por sete anos o governo conseguiu empurrar essa questão usando os tribunais como seu principal instrumento.

Houve duas melhoras por parte do governo FHC para desentupir os tribunais federais. Primeiro, o então advogado-geral da União, Gilmar Mendes, assinou vários atos administrativos diminuindo a obrigação funcional de recorrer por parte dos integrantes da AGU. Isso levou a uma diminuição no número de processos recorridos pelo governo federal, que caiu quase pela metade.

Além disso, houve uma "abdicação" em relação a vários planos econômicos. O governo forçou a Caixa Econômica Federal a entrar com pedidos de "homologação de desistência" no STF na maioria dos casos nos quais estava contestando reajustes relacionados à inflação. Assim ocorreu uma queda de 50 mil processos no STF em 2003. Embora tenha sido uma queda temporária – a congestão do STF já está quase de volta aos níveis anteriores – certamente foi um avanço importante.



ENTREVISTA

JOÃO MOREIRA SALES

# O ELOGIO DA INUTILIDADE, OU SOBRE O FAZER POR PRAZER

Autor de obras-primas como o documentário *Nelson Freire*, João Moreira Salles diz que a vida já é excessivamente utilitária e por isso faz uma obra sem compromisso de mudar o mundo

Por Carlos Costa e Luísa Pécora
Fotos Ivone Perez

Gravação realizada da entrevista-debate que João Moreira Salles concedeu como aula inaugural do curso de Jornalismo da Faculdade Cásper Líbero, este ano.

A observação amorosa é uma das marcas do trabalho do cineasta João Moreira Salles, publisher da revista *piauí*. Dos belos textos que publicou, já há alguns anos, no site "no mínimo" (treze preciosas obras-primas que levam o nome de *Uma história idiossincrática da simplicidade*) aos documentários que dirigiu, como *Notícias de uma Guerra Particular* ou *Entreatos*, João consolidou uma trajetória marcada pelo despojamento e pela simplicidade. Como ele diz a seguir, com seu trabalho não busca mudar o mundo, mas produzir documentários ou textos que proporcionem o prazer da fruição de algo bem-feito. Este texto, que recupera a conversa que ele manteve, em março passado, com alunos de jornalismo na aula inaugural da Faculdade Cásper Líbero, dá bem uma mostra desse estilo.

**Você é formado em Economia. Como se tornou documentarista?**

**João Moreira Salles** Por puro acaso, pois não sou cinéfilo e cinema nunca foi uma vocação. Não me arrependo de ter feito economia. O curso era excelente. Na época, por volta de 1983, o problema principal do Brasil era a inflação, e o departamento de Economia da PUC-RJ era visto como o lugar que reunia as pessoas mais capacitadas para enfrentar a questão. De fato, muitas pessoas responsáveis pelo Plano Real foram meus professores, como o Pérsio Arida, por exemplo. A gente tinha a sensação de estar num lugar importante, no olho do furacão. E como os professores eram muito bons, o nível dos alunos também era. Precisávamos estudar muito para continuar ali, então o curso me ensinou a ter disciplina. Mas desde o início

eu sabia que não seria economista. Assim que terminei o curso, o Waltinho, que tinha acabado de voltar do Japão com 80 horas de material filmado na bagagem, me pediu ajuda para organizar essas imagens. O resultado desse trabalho se transformou numa série de cinco programas que a Rede Manchete exibiu em 1987. Depois disso não deixei mais o documentário, mas tudo começou porque o Waltinho chegou com aquelas imagens. Se ele fosse um padeiro e me pedisse para ajudá-lo a fazer pão, talvez hoje eu fosse padeiro. Cinema realmente nunca foi um meio no qual eu me sentisse à vontade. Cineasta é muito apaixonado e meu entusiasmo moderado não consegue acompanhar a intensidade do deles. Me sinto mais à vontade na redação da *piauí*, ao lado de jornalistas, do que num festival de cinema.



## Auden disse que a poesia não faz nada acontecer. Acho esse verso maravilhoso porque no fundo é um grande elogio à inutilidade

**Como criador e editor, qual é a principal característica da *piauí*?**

A *piauí* é uma revista de jornalismo que se preocupa tanto com o tema quanto com a forma – com o que se diz, e com a maneira como se diz. Na medida do possível, tentamos imprimir certa tensão narrativa em cada texto que publicamos. Podemos falar sobre qualquer assunto, desde a queda do ministro até a epopéia da odontologia, mas o texto tem de ser interessante. Outra característica da *piauí* é a mistura: nela você encontra o Millôr Fernandes, um pedreiro, um ascensorista, a Fernanda Torres, gente consagrada, gente que ninguém conhece e gente que não pensava em escrever. Não tem muita regra. A princípio todos podem colaborar, contanto que tenham coisas a dizer e saibam dizê-las de forma surpreendente.

**Com tanta variedade entre os colaboradores, em que medida os textos são editados?**

A idéia de editar não pode ser confundida com a idéia de reescrever um texto. Reescrever dá a impressão de que o texto chegou errado, e não é isso. Na *piauí* a edição é muito importante, o que não significa que a gente pegue o texto da Fernanda Torres e o reescreva. Não precisa fazer isso, porque ela escreve bem. Editar significa dizer "Olha, por que você não mexe na estrutura? Por que você não inicia com o terceiro parágrafo?" O colaborador aceita ou não. No final é ele quem decide. Na maioria das vezes é um processo que o autor aceita de bom grado. O William Shawn foi editor da revista *New Yorker* durante 50 anos, só escreveu um obituário e não assinou. Por ele passaram alguns dos textos mais importantes da história do jornalismo americano, como *A Sangue Frio*, do Truman Capote, e *Hiroshima*, do John Hersey. Nos anos 50 um repórter da revista escreveu uma matéria sobre os filósofos de Cambridge, e durante quatro meses editou o texto junto com o Shawn. Quando finalmente a matéria ficou pronta, o autor disse que eles deveriam assinar juntos, pois o texto era tão dele quanto de Shawn. Ao que Shawn respondeu: "Não. Eu apenas fiz com que ele se tornasse mais seu". Acho que esse é o trabalho do editor: aproximar o texto de quem o escreveu. O editor percebe que o autor ainda não acertou no centro do alvo e conduz a escrita para que ele chegue lá. É claro que a gente não tem o talento do Shawn, mas a *piauí* tenta fazer isso. Às vezes leva tempo. Os textos são editados ao longo de muitas semanas e podem ser reescritos mais de quatro vezes, até que o autor se sinta à vontade e nós também. Mas o texto da Fernanda é da Fernanda. Tem o jeito, a cara e o espírito dela. Não é um texto industrial, mas um texto que foi tornado mais da Fernanda por meio do processo de edição.

**Ricardo Kotscho e Nirlando Beirão acabam de lançar a revista *Brasileiros*, também de reportagem. Você se preocupa com a concorrência?**

De jeito nenhum. É um bom sinal existir empreendedores e jornalistas que acreditam ainda existir gente com vontade de ler uma revista de reportagem. É bom saber que nem todos compraram a idéia de que o mundo será feito apenas de *Caras* e *Quem*. Sou amigo do Kotscho, e pelo que ele me disse a revista dele será mais parecida com a *Realidade*, ou seja, irá aos grotões do país, falará dos vilarejos esquecidos e das questões sociais. A *piauí* não faz isso. Ela é um pouco menos missionária. Somos mais céticos. Ainda não vi a revista, mas suponho que *Brasileiros* parta do princípio, de resto muito saudável, de que certas coisas precisam ser ditas porque podem mudar a cabeça das pessoas. Confesso que sou meio ateu em relação a isso. Trago essa descrença do documentário. O documentário sempre sofreu da maldição de ser tomado como algo que você faz em função de um fim. Documentário seria utilitário, o filme em si não teria importância. A pergunta que o documentarista mais ouve é "Por que você fez esse filme?" Nenhum ficcionista ouve isso. Você não pergunta pro Fernando Meirelles "Por que você fez *O Jardineiro Fiel?*" Ele fez porque é um filme, ora bolas. No documentário a pergunta está sempre lá porque o filme não se basta. Além de isso ser a morte do documentário como objeto autônomo, representa também um atestado de onipotência: ao contrário do que muitos de nós pensamos, nenhum filme jamais mudou o mundo. Auden tem aquele verso que diz que a *poesia não faz nada acontecer*. Acho maravilhoso porque é um grande elogio à inutilidade. Eu acho o documentário e a ficção inúteis, e esse é o valor deles. A vida já é excessivamente utilitária. Tudo o que a gente faz durante parte importante do nosso tempo serve para avançar a vida, a carreira ou o currículo; de lado, esquecido, sobra o que não pode ser quantificado, medido ou sopesado quanto a seus efeitos práticos na vida de cada um de nós. É uma pena. Sou um grande defensor da inutilidade.

## Esses caras que adoram a humanidade mas odeiam o indivíduo, geralmente são perigosos. Quando chegam ao poder, a gente se ferra

**Então você não gosta de produções engajadas?**

Acho que a função do documentário é alargar as fronteiras do próprio documentário. O grande documentário é aquele que aumenta as possibilidades do cinema, que torna a gramática mais rica e complexa. A obrigação do documentário é em relação ao documentário e não em relação ao mundo. Se você quer mudar o mundo, entre para a polícia, vá ser médico, se candidate a um cargo público, funde uma ONG. Não faça um filme para tornar o Brasil mais justo, faça um filme para tornar o cinema melhor. Será uma contribuição real para melhorar o país. Além disso, quando o documentarista acha que tem obrigações em relação ao mundo, corre o risco de cometer os piores pecados. Ao acreditar que o filme tem força de transformação, ele se dá o direito de infringir regras básicas. Num filme sobre violência nas periferias você fecha a lente – um dia alguém precisará escrever um tratado sobre a atração que a zoom tem pelas lágrimas – no rosto de uma mãe que chora o filho que acaba de morrer. Que direito você tem de filmar isso? Trata-se de um momento intensamente privado, que deveria pertencer só a ela, e não a você e à sua platéia. Não se faz isso porque se é má pessoa – se bem que essas também existam –, mas porque o documentarista não se deu conta de que o filme dele não justifica essa cena. A grande maioria dos documentaristas comete esse erro, cuja raiz é a crença, tola e ingênua, de que o filme é capaz de mudar alguma coisa. Não muda nada. Pode eventualmente mudar a sua vida se você ganhar um prêmio, mas a mãe continuará lá chorando o filho. Assim, achar que o filme é inútil é, no mínimo, um bom princípio estético e moral, que te impede de cometer erros básicos. Da mesma forma, às vezes penso que a *piauí* é uma revista inútil, no sentido de ser uma publicação não-utilitária, que dá tanta importância à forma e à graça quanto ao que está sendo efetivamente dito. Ela não é a *Época* ou a *Exame*, revistas importantes, mas que você lê mais por dever do que por deleite. Não é assim que a *piauí* deve ser lida. Partimos do princípio de que as pessoas ainda podem perder tempo, ou melhor, que ganhamos outro tipo de recompensa quando nos damos o





## Ele dizia que era o melhor bandido que conhecia, porque quando tinha guerra ia na frente, dava o primeiro tiro, recebia o primeiro tiro

direito de perder tempo. A *piauí* não está preocupada em mudar o mundo, em derrubar o ministro ou em denunciar o último escândalo de Brasília – e não há nada que nos impeça de fazer isso também, mas decerto não são esses os primeiros itens da nossa agenda. Não somos uma revista militante. Se você a ler até o final, terá lido pela razão que nós consideramos boa: porque te deu prazer.

**Sendo um defensor da inutilidade do documentário, o que você acha da produção do americano Michael Moore?**

A pretensão do Michael Moore é ilimitada. Ele tinha a pretensão de decidir a eleição americana com um filme, e essa aposta ele perdeu, porque todo filme fala com a sua própria igrejinha. As pessoas que não gostam das posições do Michael Moore saem dos filmes dele ainda mais a favor dos republicanos, porque acham que ele é intelectualmente desonesto, o que de fato ele é, e que ele é prepotente, o que de fato ele é. Ele reafirma as posições das pessoas que são conservadoras e até reacionárias. Por outro lado, os liberais que têm desprezo pelo Bush saem do filme inflamados, dispostos a tomar a Casa Branca de assalto. Em alguns casos, podem também sair um pouco decepcionadas. É o meu caso. Não tenho muita simpatia pelo Michael Moore porque ele é tão autoritário, tão indelicado e pouco cuidadoso com as pessoas quanto os seus adversários. E, pelo fato de ser intelectualmente desonesto, acaba dando armas pro bandido. Eu preferiria que ele estivesse defendendo posições contrárias às minhas. Não há nada pior do que um canalha defender seu ponto de vista – quando o canalha é denunciado, parece que o erro é do ponto de vista, e não do canalha. O Michael Moore tem um pouco de canalha. Ele tem a convicção de que o ponto de vista dele é tão divinamente correto que todas as outras considerações devem se submeter à sua verdade absoluta. Isso permite a ele humilhar e constranger as pessoas sem manchar a consciência, que permanece limpa. Quando ele ataca alguém muito poderoso, é do jogo. O problema é que ele não se dá conta – ou se dá, não sei – do fato de que as pessoas que ele humilha são infinitamente menos poderosas do que ele. Quando ele entra na Wal-Mart, quem vem falar com ele não é o presidente da maior rede de varejo do mundo, mas o sexto sujeito da hierarquia do departamento de Relações Públicas, alguém que provavelmente não sabe como vai pagar a faculdade do filho. Esse cara é humilhado pelo Michael Moore, afinal a causa é santa e está acima de qualquer consideração. Moore é um desses caras que adoram a humanidade mas odeiam o indivíduo. Geralmente são pessoas perigosas. Quando chegam ao poder, a gente se ferra. Quando o Michael Moore era menos poderoso, fazia filmes melhores. Agora ele sai pra conhecer o mundo já sabendo como o mundo deve ser. Ele é um homem de certezas, assim como o Bush, que acredita ter falado com Deus. É por isso que eu elogio a inutilidade, porque certa consciência da sua impotência melhora a qualidade do seu trabalho.

***Notícias de uma Guerra Particular* não foi feito para denunciar a situação de violência nas favelas do Rio de Janeiro?**

O *Notícias de uma Guerra Particular* surgiu de uma sensação de urgência de três cariocas que adoram a cidade: Waltinho, Kátia Lund e eu. Em 1996 houve uma mudança no patamar da violência nas favelas do Rio de Janeiro. A política de segurança foi colocada sob a responsabilidade de um comandante cuja visão era basicamente opor fogo a fogo. Ele criou as unidades de intervenção nas favelas, o Bope, e o grau da letalidade da nossa violência, o número de pessoas mortas, aumentou substancialmente. O policial que numa ação sacasse o revólver e desse um tiro ganhava, no final do mês, um bônus salarial. Você não precisa ter cinco neurônios em ordem para deduzir que o cara vai dar tiro toda vez que entrar na favela. Não sou contra o uso da força. Aliás, sem ela nada se resolverá. Agora, força com inteligência, com planejamento, como medida de curto prazo, seguida de outras de maior alcance. Na época, a força era um fim em si, o que tornou a cidade mais violenta. Nós fizemos um filme para testemunhar isso. A única coisa que a gente sabia era que não queríamos entrevistar especialistas – criminologistas, cientistas políticos, etc. Interessava-nos ouvir quem estava diretamente dando ou recebendo tiro: o policial, o traficante e o cara que fica no meio, que é quem mora na favela ou na periferia.

**Como foi a negociação com o Marcinho VP?**

Quando fomos fazer o filme, ele estava foragido em Minas Gerais. Consegui me encontrar com ele, expliquei o projeto e disse que precisava ter acesso ao morro e ao tráfico. Ele topou e então fizemos o filme. Depois de algum tempo, o Márcio voltou para o morro e eu comecei a dar aulas no Santa Marta. Ele assistia, e no final nós tínhamos longas conversas. Nossas diferenças de pontos de vista eram resolvidas com a força da argumentação, sempre de forma respeitosa. No começo ele dizia que era um revolucionário e que o tráfico era uma forma de insurgência. Um ano e meio depois, ele mudou de idéia: queria deixar o morro, o tráfico lhe parecia um beco sem saída e ele queria ganhar formação política. Respondi que se ele largasse o tráfico, pagaria para que ele escrevesse um livro. Então liguei pra um amigo editor e perguntei quanto se pagava a um escritor iniciante. Foi o valor que paguei ao Márcio. Fiz isso por dois meses, até o momento em que a polícia grampeou meu telefone e o problema se tornou político. Fui acusado de formação de quadrilha. O processo foi arquivado.

**Você se arrepende de ter se envolvido nesse caso?**

Digo sem hesitar que fui amigo do Márcio. Ele era um bandido, o que não o impedia de ser também uma pessoa fascinante, cheia de contradições. Foi uma das relações mais interessantes da minha vida, porque não havia como imaginar dois mundos mais radicalmente opostos: eu, filho de quem sou *[Walther Moreira Salles, fundador do Unibanco]*, e ele, nascido e criado na favela. Pessoas tão diferentes conseguiram achar um terreno comum para a troca de idéias, sem julgamento e sem medo. Isso me parecia, e ainda me parece, um fato notável. Quando o conheci, era a primeira vez que eu via um bandido. Não sabia direito como me referir a ele, se podia falar bandido ou traficante, e você não quer dizer a coisa errada pra um sujeito que tem uma arma na mão e é chefe de um morro do Rio de Janeiro. Então eu tentava usar todos os eufemismos possíveis, até que cheguei ao mais ridículo de todos, que foi "Vocês da economia informal". Ele me interrompeu: "Eu vejo que você está muito sem graça de usar a palavra traficante e eu quero te dizer que é o que eu sou, e te autorizo a usar essa palavra". E passou a me explicar por que era traficante. Estou contando isso para mostrar que nem todo mundo é igual, que existem sutilezas, personagens mais complexos, com mais camadas. Existe o zagueiro-zagueiro, e também o zagueiro mais fino, que não dá chutão pra frente. O Márcio era o bandido que não dá chutão pra frente. A explicação dele foi a seguinte: com 15 anos ele se deu conta de que queria ser desenhista industrial, mas desistiu porque não tinha escolaridade. Havia abandonado a escola no segundo ano primário. Aí ele começou a pensar nas opções que sobravam: ser o melhor porteiro, ou o melhor trocador de ônibus ou o melhor guardador de carros do Rio de Janeiro. Tudo era muito pouco. Ele sabia que tinha liderança e carisma. Então decidiu ser bandido. "E eu sou o melhor bandido

## O cinema argentino é melhor que o brasileiro: os argentinos preferem o parêntese e as reticências. Nós adotamos o ponto de exclamação



que conheço", ele me disse. Quando tinha guerra, ele ia na frente, dava o primeiro tiro, recebia o primeiro tiro e não tinha nenhuma pretensão de invadir qualquer outro morro, coisa que de fato nunca fez. Segundo ele, com a omissão do Estado, a favela tem três opções: uma é ser controlada pela polícia, que entra com o pé na porta e faz o que se sabe; a segunda é ser ocupada por um outro morro, o que geralmente significa que as meninas serão estupradas e as pessoas viverão sob o terror de gente desconhecida; e a terceira é se armar e impedir que o morro seja tomado por outro traficante. Essa era a lógica dele, que é falha e merece se contestada – não são poucas as pessoas com liderança e carisma que escolhem um outro caminho –, mas decerto não é banal.

**Você concorda com a Kátia Lund quando ela diz que o livro *Abusado*, de Caco Barcellos, colaborou para a morte do VP?**

Eu visitei o Márcio na prisão mais de dez vezes, e um mês antes de morrer ele me enviou uma carta dizendo que ia ser assassinado [longa pausa] por uma desatenção do livro. Não houve tempo para o Márcio explicar que não tinha autorizado e nem lido o livro. Algumas pessoas citadas [em *Abusado*] dividiam cela com o Márcio, e ele não teve acesso ao livro para avaliar sua eventual repercussão. Ele foi encontrado morto na lata de lixo com todos os livros que tinha, inclusive o *Abusado* – o pessoal achava pedante bandido com biblioteca. Por cima do corpo e das obras tinha uma cartolina na qual escreveram, com sangue, algo como "bandido não foi feito pra ler, cala a boca". Entre os livros havia os contos completos do Machado de Assis, O *Estrangeiro*, do Camus, *Raízes do Brasil*, do Sérgio Buarque de Hollanda, *O Povo Brasileiro*, do Darcy Bibeiro, *Retrato do Brasil*, do Paulo Prado. Ele queria entender o país. Eu lamentei e lamento muito a morte dele. Não lamento a prisão, pois ele era um criminoso, mas lamento o assassinato dentro da prisão. Ele estava sob a tutela do Estado, que não se mexeu apesar de ele haver repetido com insistência e desespero que seria assassinado.

**Havia algum acordo entre o Caco Barcellos e o Marcinho que garantia que ele leria o livro antes da publicação?**

Essa pergunta deve ser feita ao Caco. Ele me procurou dizendo que queria escrever um livro sobre o Márcio e assistiu a uma entrevista dele que não entrou em *Notícias de uma Guerra Particular*. O Caco conheceu o Márcio antes de mim, mas tinha perdido o contato, então eu e algumas outras pessoas demos a ele o caminho das pedras. Depois que ele se encontrou com o Márcio a questão ficou entre eles. Não tenho dados e nem quero fazer acusação. O que posso é falar na responsabilidade que você tem como autor. No cinema, por exemplo, existe uma diferença crucial entre o documentário e a ficção. Essa diferença não pode ser encontrada no terreno da estética, da narrativa, da linguagem, essas coisas. A diferença está no terreno da ética. Na ficção você filma pessoas que não existem. Portanto, seu filme não terá conseqüências para elas. No documentário as pessoas existem e continuarão existindo, cada cena pode ter desdobramentos na vida delas. Você pode até tomar a decisão de não levar em conta isso, mas não pode alegar inocência. Você não pode dizer "Ah, mas não era a minha intenção". Quando está lidando com coisas muito sensíveis, existe uma obrigação de parar para pensar. Não acho e nunca achei que o Caco tivesse qualquer intenção *[de prejudicar o Marcinho]*. Assim como eu, acredito que ele desenvolveu uma relação de respeito. Mas volto a dizer: quem escreve ou filma tem responsabilidade sobre a conseqüência do que escreveu ou filmou.

**Sua condição social apresentou alguma dificuldade para a sua carreira?**

Seria hipocrisia se eu dissesse que é difícil filmar no Brasil quando se nasce numa família abastada. É claro que as facilidades são maiores do que os empecilhos. O que talvez seja mais difícil é reconhecerem que você não está brincando, que há empenho, dedicação, esforço, ansiedade e tudo o que acompanha qualquer trabalho sério. Ninguém mais duvida que o Waltinho é um cineasta importante. Ele teve que cumprir as etapas: começar aqui, se internacionalizar, ganhar prêmios importantes e vencer graças ao talento. Lá fora ninguém deu colher de chá pelo fato de ele haver nascido numa grande casa na Gávea. Essa talvez seja a única dificuldade: o julgamento alheio, acharem que pelo fato de o meu pai ter fundado um banco tudo o que faço não passa de brincadeira. Não posso reclamar disso. É um dos corolários do privilégio num país tão injusto.

**Questionado sobre a razão pela qual o cinema brasileiro não retratava a burguesia, a resposta de seu irmão foi que a burguesia é muito caricata. Você concorda?**

Sou obrigado a discordar veementemente do irmão que adoro. Isso soa a generalização, o que é sempre um empobrecimento da realidade. O que acontece é que o cinema brasileiro obedece à seguinte equação: quem tem filma quem não tem. Você, que é de classe média alta e tem um bom coração, pega tua câmera e vai pra favela. O contrário nunca aconteceu, mas, se Deus quiser, em breve acontecerá. Vai ser revolucionário. Eu gostaria de ver um grupo do Jardim Ângela bater na porta de gente que mora nos Jardins e dizer "Quero saber como é estudar na Escola Americana, como é escolher um novo Pajero, em suma, gostaria de acompanhar a vida de vocês". Hoje em dia existem comunidades de periferia que fazem cinema, e é provável que esse filme surja. Será interessante. O cinema argentino é melhor que o brasileiro porque fala de si mesmo: quem faz fala. É um cinema da classe média sobre a classe média. Como é mais difícil tratar o que é próximo, o cinema deles é obrigado a lidar com questões mais sutis, como o afeto, as relações. É um cinema sussurrado. O nosso é gritado. A violência e o drama social falam alto. É uma diferença de pontuação. Os argentinos preferem o parêntese e as reticências. Nós adotamos a exclamação. De modo geral, temos um cinema no qual a burguesia discorre sobre os ferrados do país. Aqui prevalece quase sempre essa visão de cima pra baixo. Os banqueiros, que é o termo de predileção dos que se referem ao que há de mais terrível na sociedade brasileira, não se filmam.

**Por que isso acontece?**

Pra começar, é mais fácil fazer um filme sobre o que é diferente de você. É mais fácil falar sobre o Santa Marta do que sobre a Vieira Souto. Em segundo lugar, a Vieira Souto se esconde. Ela se exibe no seu espalhafato vulgar, mas na hora de mostrar suas entranhas, aí se esconde. E a terceira dificuldade é que ninguém sabe direito como é a nossa classe dominante. Ela não é *apenas* uma caricatura. Nisso acho que o Waltinho está errado. É claro que existem os Robertos Justus da vida, pessoas que se aproximam de uma caricatura, mas tem gente que não é isso. Tem gente empenhada no sucesso do Brasil, existem empreendedores que não desistem do país. Isso torna o quadro mais complexo. Um filme que tratasse essa burguesia como uma caricatura seria tão simplório como outro que encarasse as pessoas que moram na favela apenas como miseráveis. Não existe generalização que me satisfaça. Curiosamente, meu documentário mais recente, que se chama *Santiago*, é um relato da minha família na primeira pessoa. É um filme sobre a minha infância e o mundo em que cresci, através de Santiago, o mordomo da casa. É um filme que atende, de certa forma, a essa pergunta. Ele tem características de filme sobre a classe dominante.

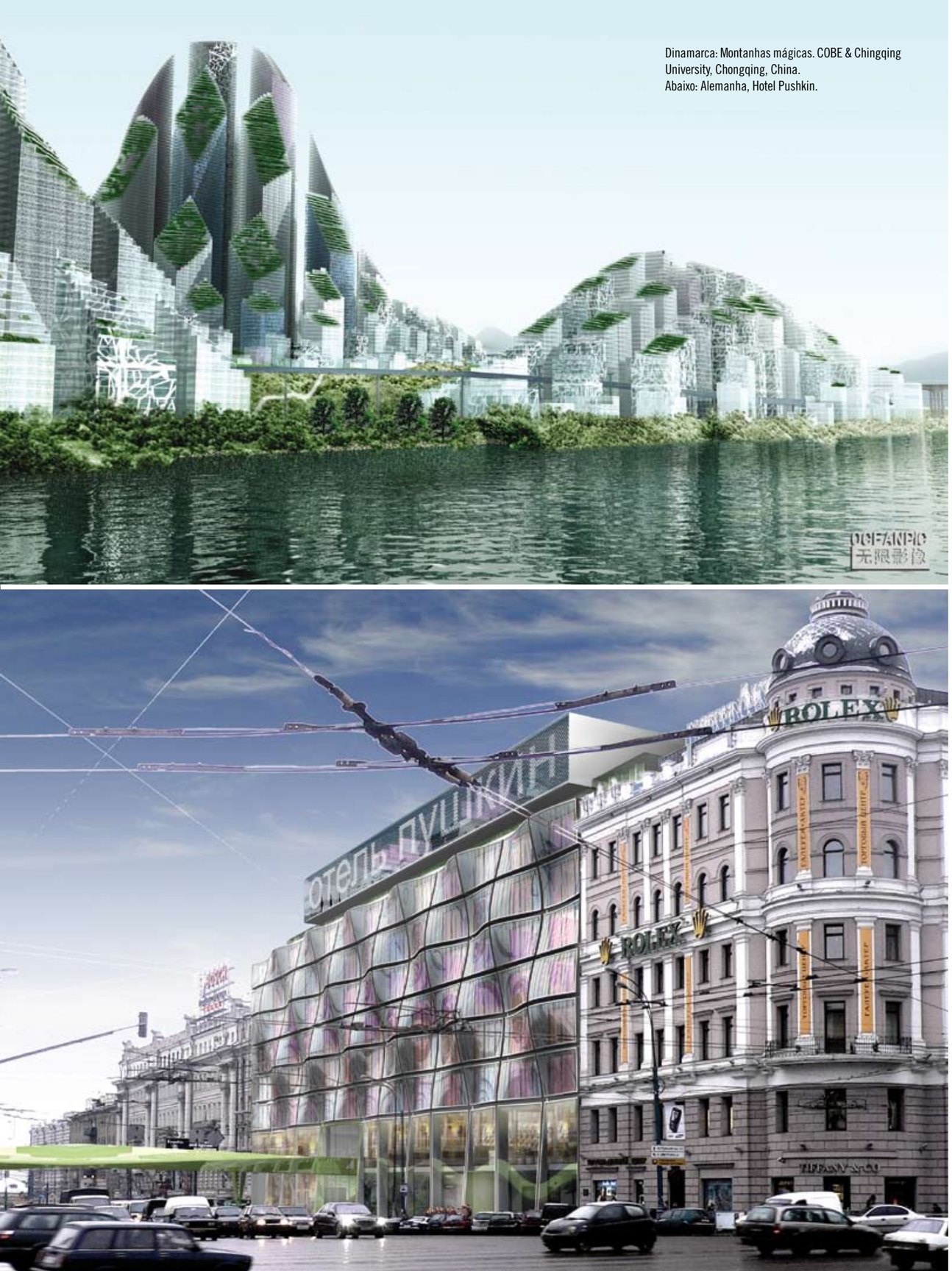


Cenas dos documentários *Entreatos* e *Santiago*. Os bastidores da filmagem de *Nelson Freire*. E *Notícias de uma Guerra Particular*.

**É também um filme mais pessoal?**

É um filme estranho. Eu não apareço fisicamente, meu irmão narra como se fosse eu que estivesse falando na primeira pessoa. A filmagem foi feita em 1992, mas nessa época não consegui montar o filme. Então no ano passado, numa crise geral que me pegou pela proa lá pelos 40 e poucos anos, resolvi voltar a esse material e entender por que tinha fracassado. *Santiago* virou uma reflexão sobre o filme que eu não pude fazer, uma espécie de síntese do que aprendi nesses 17 anos de carreira, não só trabalhando, mas principalmente em conversas intermináveis e maravilhosas com grandes amigos meus como o Eduardo Coutinho e o Eduardo Escorel. Não sei se é um filme-despedida porque não sei se vai ser o último, mas tem um ar de que alguma coisa se encerrou ali.

***Santiago* virou uma reflexão sobre o filme que eu não pude fazer, espécie de síntese do que aprendi nesses 17 anos de carreira**




Dinamarca: Montanhas mágicas. COBE & Chingqing University, Chongqing, China.
Abaixo: Alemanha, Hotel Pushkin.




# BIENAL DE ARQUITETURA: AS “CIDADES” DA METRÓPOLE

Em sua sétima edição, a Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo volta ao tema das grandes cidades, abordando a interação de espaços públicos e privados

Por José Henrique Lopes

“A cidade não existe para o shopping, que foi construído para substituí-la.” A conclusão é de alguém que não vive em São Paulo e não esbarra nos mais de 40 milhões de pessoas que transitam todo mês pelas ruas internas, devidamente climatizadas, dos 41 shoppings da cidade. Beatriz Sarlo, argentina, talvez nunca tenha freqüentado um shopping paulistano, mas sabe que sua platéia cresce na medida em que os chamados espaços públicos tradicionais, como as praças, pelos mais variados motivos, perdem o prestígio experimentado em outros tempos.

Em seu livro *Cenas da vida pós-moderna*, a pensadora afirma que “o shopping, esse abrigo antinuclear, é perfeitamente adequado ao tom de nossa época”, com sua infra-estrutura pré-formulada que busca dar conta das principais necessidades humanas em um só espaço: comer, beber, descansar, consumir e se relacionar. Seria “um simulacro de cidade de serviços em miniatura, onde todos os extremos do urbano foram liquidados”, como as intempéries do clima e a sujeira das ruas.

Ante a substituição de antigos centros de concentração de pessoas por invenções da pós-modernidade, como preconiza Sarlo, os espaços públicos estão em crise? As praças, as ruas, os parques e os clubes, tradicionais ambientes de convivência e diálogo, estão aos poucos sendo engolidos e incorporados por empreendimentos de caráter privado. Os condomínios fechados, cada vez mais completos, são construídos em

bairros afastados do centro. São criados para oferecer opções de lazer e entretenimento que qualquer praça ou clube poderia proporcionar, mas não com as mesmas condições de segurança e privacidade. Cidades intramuros.

"A confusão entre espaços públicos e privados é uma questão importante. São criados núcleos fechados em si em uma mesma metrópole, com infra-estrutura própria de uma cidade dentro da metrópole. No interior desse núcleo privado também há, paradoxalmente, espaços públicos, como ruas e praças", aponta Pedro Cury, um dos arquitetos responsáveis pela elaboração conceitual e organização da 7ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo.

Entre 11 de novembro e 16 de dezembro deste ano, o evento discutirá

Há duas edições a Bienal de Arquitetura se dedica a essa discussão, iniciada em 2003, sob o tema "Metrópole", e estendida em 2005, mais focada, com as diferentes maneiras de "Viver na Cidade". A continuidade, segundo Cury, tem um objetivo. "É preciso explicar, do ponto de vista do arquiteto, o que acontece com as cidades. O desenvolvimento tecnológico desencadeia mudanças nos relacionamentos entre as pessoas: será que a cidade acompanha essas modificações?", indaga.

### Duas bienais: a cidade cresce

O ano era 1951 e o empresário Ciccillo Matarazzo, grande entusiasta das artes, idealizava com sua esposa, Yolanda Penteado, a realização de uma mostra à altura da grande cidade que São Paulo começava

anos mais tarde, em 1973, com a realização da primeira Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo.

O arquiteto Oswaldo Corrêa Gonçalves, próximo a Ciccillo, que administrava a Fundação Bienal de São Paulo, criada por ele mesmo em 1962, foi o responsável pela coordenação da primeira edição da Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo. Ao se lembrar do trabalho realizado por Gonçalves, José Magalhães Jr., membro do Conselho Curatorial deste ano, ressalta que foi "um grande esforço", sobretudo para captar recursos.

A carência de público, mencionada por Pedro Cury, talvez tenha sido o principal motivo pelo qual a exposição só fosse montada novamente em 1993. Se não havia arquitetos em grande número, não haveria in-

## "O shopping, esse abrigo antinuclear, é perfeitamente adequado ao tom de nossa época", afirma a pensadora argentina Beatriz Sarlo

justamente o convívio e a interação de espaços públicos e privados em grandes ambientes urbanos. O Pavilhão Ciccillo Matarazzo, no Parque do Ibirapuera, receberá trabalhos de arquitetos do mundo todo que discutam o flerte entre "a arquitetura, o público e o privado", slogan da Bienal. A organização é do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e da Fundação Bienal de São Paulo.

O objetivo, de acordo com o Conselho Curatorial do evento (formado pela primeira vez nesta edição para substituir a curadoria anterior, dividida entre duas pessoas), é provocar o debate, e não defini-lo. Trata-se de atrair a sociedade para dentro da Bienal e instigá-la a refletir sobre a sua relação com a cidade em que vive e com os outros cidadãos que habitam esse mesmo lugar.

a ser. Assim nasceram as Bienais de Artes e Arquitetura, com a Mostra de Arquitetura sendo um apêndice da Bienal de Artes, que em 2006 chegou à 27ª edição.

Em meio a essa efervescência ocasionada por intensas mudanças no contexto da cidade, a primeira Bienal de Artes de São Paulo foi aberta ao público em 20 de outubro de 1951 na esplanada do Trianon, local hoje ocupado pelo Museu de Arte de São Paulo, o MASP. Lá já havia uma ala de exposição dedicada a trabalhos arquitetônicos.

Quando São Paulo iniciava as comemorações de seu IV Centenário, completados em 1954, as exposições foram levadas pela primeira vez ao Parque do Ibirapuera. Consolidava-se ali uma nova mostra de arquitetura, que ganharia vida própria somente 20

teressados suficientes em uma exposição que acabava de nascer. Com pouco público, os patrocinadores não investiriam seu dinheiro em um "empreendimento arriscado", como define Cury.

"Enquanto a Bienal de Artes atrai, ainda hoje, um público mais variado, de crianças a idosos, a de Arquitetura fica mais centrada em profissionais e estudantes universitários, mesmo que não sejam de arquitetura ou urbanismo. São pessoas mais jovens", diz Jacopo Crivelli, curador da Fundação Bienal de São Paulo e responsável pela organização de ambas as exposições. A última edição da Bienal de Arquitetura, em 2005, recebeu por volta de 180 mil visitantes, que entre os dias 22 de outubro e 11 de dezembro andaram pelos 28 mil m² de exposição





onde foram montados os cerca de mil projetos apresentados.

### nomes e números da Bienal de 2007

"É gratificante notar o papel fundamental desempenhado por uma Bienal de propor debates e alternativas. Serve para mostrar que as coisas do dia-a-dia podem ganhar novos significados sob o ponto de vista da arquitetura", explica Gilberto Belleza, presidente nacional da IAB.

Mantendo a divisão de anos anteriores, a 7ª Bienal se desenrolará em eixos ou alas, cada um ocupando seu próprio espaço dentro do Pavilhão: o concurso internacional de escolas, a exposição geral de arquitetos, as sa-

Para Jacopo Crivelli, "as exposições das delegações são importantes porque dão espaço a profissionais mais jovens e menos conhecidos. É um pedido dos organizadores. Não fosse assim, viriam apenas nomes consagrados, com trabalho já conhecido em revistas, sites e publicações relacionadas à área".

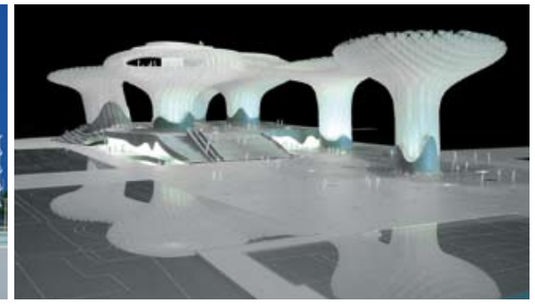
Na exposição geral de arquitetos, 150 profissionais do Brasil e do exterior mostrarão seu trabalho. Qualquer profissional pode se inscrever em uma das três categorias propostas: "obras construídas", "projetos não-executados" e "projetos propositivos e conceituais". No concurso de escolas os propósitos são outros. Os

tas adequadas da esfera pública. "O arquiteto não resolve todos os problemas, mas pode participar da solução. Sabemos também que, se um local é mal construído ou planejado, não funciona. Portanto, a proposta é pedir aos arquitetos generosidade, para conseguirmos mudar alguma coisa", afirmou o arquiteto italiano Massimiliano Fuksas, à época da 7ª edição da Mostra de Arquitetura da Bienal de Veneza, em 2000, resumindo como o profissional deve encarar os conflitos inerentes às cidades em que vive.

No Brasil a Bienal quer demonstrar aos visitantes que a arquitetura faz, sim, parte de sua vida cotidiana.



Alemanha: Gerber Arquitetura, Biblioteca Nacional Rei Fahad, Arabia Saudita.



Alemanha: J. Mayer, Metropol Parasol, Sevilha, Espanha.

las especiais e os espaços destinados a convidados, as representações dos países, as salas históricas, os stands institucionais e o fórum de debates. Em relação a arquitetos convidados, o chileno Alejandro Aravena, que se destaca pelo projeto do Edifício Tecnológico da Universidade Católica do Chile, composto por duas "torres siamesas" cobertas por vidro, e o vanguardista americano Steven Holl estão confirmados. O espaço destinado às delegações será ocupado por 14 países: Alemanha, África do Sul, Argentina, Áustria, Dinamarca, França, Holanda, Israel, Itália, México, Noruega, Portugal, República Dominicana e Suíça.

32 trabalhos selecionados, de um total de 200, participam de uma competição em que a criatividade ganha passe livre. Nesse caso o estudante de arquitetura desfruta da liberdade de projetar para fins acadêmicos, sem levar em conta entraves burocráticos existentes na realização de um projeto na vida real. Projetos complexos e inovadores podem resultar disso.

### a arquitetura no cotidiano

Uma cidade só oferece boa qualidade de vida a seus habitantes quanto a habitação, infra-estrutura, trânsito e poluição, na medida em que as pessoas adquirem consciência de suas necessidades e cobram respos-

"É evidente que uma cidade bonita e bem projetada faz bem para seus habitantes. As pessoas ficam felizes e satisfeitas por estarem em uma bela e organizada cidade", afirma Cury.

As relações que compõem um ambiente urbano, seja a interação entre espaços públicos e privados ou entre pessoas, são assuntos que não podem ser restringidos ao campo da arquitetura e do urbanismo. O crescimento de uma cidade envolve outros fatores, como evolução populacional, ondas de êxodo, desenvolvimento industrial e tecnológico, segregação social... Trata-se, enfim, de um complexo desafio proposto ao arquiteto.

# SOBRE DECORO E PROCESSO CIVILIZADOR

Por Carlos Costa

Houve um tempo em que nas escolas os professores insistiam no que se chamava de "decoro", com recomendações como não se expor em público (ou seja, não se pentear ou cortar as unhas na frente dos colegas), a subir escadas sem saltar degraus de três em três, a cultivar o que se chamava de bons modos. A nota era lançada no boletim com o nome de "urbanidade".

O sociólogo Norbert Elias escreveu um primoroso tratado sobre esse processo pelo qual passou a humanidade: no livro *O Processo Civilizador* (dois volumes, editora Jorge Zahar), ele acompanha a caminhada do homem até produzir o que chama "o corpo civilizado". Nesse processo, houve busca por normas para a convivência em sociedade, pois as pessoas já não viviam isoladas em sua vila, mas trafegavam e circulavam, convivendo diariamente com um número crescente de estranhos, de outras regiões e outras classes sociais. Tal convivência só se fez suportável mediante a automatização de um número infindável de regras de controle corporal. Elias cita manuais clássicos, como *A Civilidade Pueril*, em que Erasmo de Rotterdam ensinava, por exemplo, a ter controle sobre a expressão do olhar, a não encarar o outro, a ser cortês. À mesa, esses manuais ensinavam a não limpar os dentes com as pontas das facas, a não assoar na toalha da mesa ou com a manga da camisa.

Hoje, constrangidos, subimos no elevador em companhia de jovens casais que se agarram em beijos derramados, sôfregos, lúbricos – coisa que em outros tempos se fazia a portas fechadas. Alguém poderá dizer que são coisas da modernidade, mas pensei nessa falta de decoro quando li a carta de demissão que a senhora Denise Abreu, diretora da ANAC, a momentosa Agência Nacional de Aviação Civil, encaminhou ao ministro da Defesa, Nelson Jobim, no dia 24 de agosto. Escreveu ela: "Eu, Denise Maria Ayres de Abreu, venho à presença de Vossa Excelência solicitar a minha renúncia ao cargo de Diretora da Agência Nacional de Aviação Civil, em caráter irretratável, por motivos pessoais. Isto posto requeiro a remessa da presente renúncia ao Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a quem pessoalmente prestarei os esclarecimentos das razões de ordem pessoal que me levaram a esta decisão".

Com longa trajetória como advogado e político, duas passagens pela Câmara dos Deputados, ministro da Justiça no Governo Fernando Henrique Cardoso e da corte suprema, onde ocupou a Presidência, dá para imaginar o constrangimento de Nelson Jobim ao se ver convertido em garoto de recados pela ex-diretora da ANAC.

Talvez o mesmo constrangimento por que passou, ao ser empossado no Ministério da Defesa, um mês antes, no dia 25 de julho, e ouvir do presidente: "De repente, eu vejo que o advogado, o ministro, o deputado estava sem fazer nada, atrapalhando a esposa, que pedia para ele sair de casa um pouco. Eu falei: bom, eu acho que está na hora do Waldir, que tem um pouco mais de idade do que ele descansar e do Nelson Jobim voltar à ativa, porque um cidadão com o tamanho e com a força dele não pode ficar aposentado. Guido *[referência ao ministro da Fazenda, que alegou que a crise aérea era o preço a pagar pelo sucesso da política econômica]*, para você ficar feliz, ele é um ministro que não dará despesa ao governo, porque ele já ganha o teto".

Alguém pode enxergar nesse discurso caseiro um contraponto às rugosidades do empírico. Afinal, a vida em palácio pode ser aborrecida pelo excesso de cerimonial. Mas um pouco de liturgia e compostura se impõe. Afinal, supõe-se que o ministro foi escolhido para o cargo por sua capacidade de impor autoridade e ordem em um setor onde a autoridade tem sido constantemente desrespeitada e a ordem colocada de pernas para o ar – e não porque estava atazanando a vida de sua consorte. Da mesma maneira que se deveria supor que a ex-diretora da ANAC fora indicada para o cargo por seus profundos conhecimentos da aviação comercial – e não pelo fato prosaico de fumar charutos e ser colega de escola do antigo chefe da casa civil.

FIM



FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
FGV PROJETOS

A CONSULTORIA QUE FAZ A DIFERENÇA

O DESAFIO



A SOLUÇÃO



O RESULTADO



**FGV Projetos, a consultoria da Fundação Getulio Vargas**
Contamos com o conhecimento gerado pelas Escolas de Administração, de Economia e de Direito da FGV.
Temos os maiores especialistas do Brasil, prontos para apoiá-lo na busca do sucesso do seu negócio.

Gestão Estratégica ▫ RH ▫ TI ▫ Gestão Tributária ▫ Análise Econômica ▫ Finanças

**Rio de Janeiro**
Praia de Botafogo, 190 6º andar 22250-900
RJ Brasil
(5521) 2559-5424 (5521) 2559-6061

**São Paulo**
Av. Paulista, 548 8º andar 01310-000
SP Brasil
(5511) 3281-7784 (5511) 3281-7891

www.fgvprojetos.fgv.br fgvprojetos@fgv.br

# GV. Porque em Direito duas letras mudam tudo.




Marca de pioneirismo e excelência, a FGV criou, em 2005, o curso de Graduação em Direito com o objetivo de propor inovações constantes no ensino e na pesquisa do Direito. As reformas institucionais pelas quais o Brasil vem passando nas últimas duas décadas, além da marcante presença no cenário do comércio internacional, despertaram a atenção para a urgente necessidade da redefinição dos conteúdos das áreas clássicas do Direito, de modo a atender a demanda por serviços jurídicos diferenciados. Ao criar a DIREITO GV, a FGV vai ao encontro das necessidades do País, fortalecendo um vínculo, que já dura mais de meio século, entre a instituição e a sociedade brasileira.

DIREITO GV. A GV de quem faz Direito.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

DIREITO GV
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

www.direitogv.com.br